

Joana Margarida Gonçalves Pinto Santos

**A RELEVÂNCIA DAS IPSS NA INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA NO
EMPODERAMENTO DE GRUPOS DESFAVORECIDOS: UM ESTUDO DE
CASO “PORTAS PARA A VIDA”**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
2012

Universidade do Porto
Faculdade Psicologia e Ciências da Educação

**A RELEVÂNCIA DAS IPSS NA INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA NO
EMPODERAMENTO DE GRUPOS DESFAVORECIDOS.**
UM ESTUDO DE CASO “PORTAS PARA A VIDA”

Joana Margarida Gonçalves Pinto Santos

Julho, 2012

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade
do Porto, orientada pelo Professor Doutor **Carlos Gonçalves**
(F.P.C.E.U.P.).

Agradecimentos

Ao Professor Dr. Carlos Gonçalves pela orientação e acompanhamento contínuo, em todas as suas fases de desenvolvimento, desde o nascimento à sua conclusão. Pela sua compreensão e paciência. Pelas sugestões e espírito crítico.

À Associação Portas P'ra Vida e todos os seus colaboradores, utentes, familiares de utentes, técnicos e direção, cujo trabalho me inspirou para a realização deste estudo. Em especial, à Dra. Sónia que me auxiliou na recolha de informação e ao Diretor Alberto que me permitiu a frequência na instituição. Pela participação de todos neste estudo.

À minha Avó, que sempre me acompanhou, em todo o meu percurso de vida, em todo o meu percurso académico, mas que não estará presente para me ver, nesta fase da minha vida. Porque ela deu significado à minha vida e razão à continuidade dos meus projetos, apesar das dificuldades. Porque gostaria de poder partilhar este momento com ela.

Ao meu Filho, Gustavo, razão pela qual continuo e procuro ser sempre e cada vez mais resiliente e esforçada, para lhe permitir alcançar um futuro de oportunidades e participação plena e consciente numa sociedade de mudanças e justiça social.

Ao meu Companheiro, Tiago que me apoia sempre e incondicionalmente e que me ajudou em todas as fases deste processo, deste projeto que faz parte do nosso projeto de vida. Que é fonte de equilíbrio emocional.

À minha Mãe, por tudo o que fez e continua a fazer por mim, de forma desprendida e dedicada, incitando-me a reagir sempre, por mais difíceis que se afigurem os desafios.

Ao meu Pai, ao meu Irmão e à minha Tia Rosinha, porque estão sempre presentes de forma apoiante.

À minha amiga Lúcia, que é sempre uma presença motivadora.

Resumo

A Relevância das IPSS's na Intervenção Comunitária e no Empoderamento de Grupos Desfavorecidos é significativa, em Portugal, fato comprovado pelo número de IPSS's existentes no país, pela grande diversidade de áreas de intervenção e pelo aumento crescente dos pedidos de ajuda às IPSS's, acompanhando o momento de crise económica. O **objeto** deste estudo é compreender a importância das IPSS, a partir de um estudo caso, na Sociedade Civil Portuguesa e as vantagens advindas de se ser beneficiário da intervenção das mesmas. Esta análise assume como enquadramento conceitual os saberes e conhecimentos da Psicologia Comunitária, especificamente, o constructo do Empoderamento como ferramenta da intervenção comunitária. Para nos aproximarmos a este objeto, elegemos, como estudo de caso, a IPSS, “Portas Para a Vida”, que trabalha na área da Deficiência ou Incapacitação pelo recurso a uma metodologia qualitativa. Nesse sentido, foram construídos quatro guiões de entrevista semi-estruturada para os quatro grupos selecionados para a entrevista: os Utentes, a Direção, os Técnicos e os Encarregados de Educação. Os seus discursos analisados com recurso ao *software* QSR NVivo 7.0. apontam a existência de poucas respostas sociais, no âmbito da multideficiência, para a dificuldade associada à inserção de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho, para a evidência de um sistema regular de ensino não inclusivo em relação a esta população incapacitada e para necessidade real de potencialização dos recursos para um melhor e maior desenvolvimento dos utentes na APPV.

Palavras-Chave: Psicologia Comunitária, Intervenção Psicológica, Empoderamento, Deficiência, Incapacidade

Abstract

The relevance of IPSS in Community Intervention and in the Empowerment of disadvantaged groups is significant, in Portugal, proven fact by the IPSS's number that exists in the country, by the great diversity of intervention areas and by the increasing of the help applications done to the IPSS's that accompanies the moment of economical crisis. The objet study is to understand the importance of IPSS, from a study case, in Portuguese Civil Society and the advantages of being beneficiary from these IPSS intervention. This analysis assumes as conceptual framework, the knowledge of Community Psychology, specifically, the construct of Empowerment as a Community Intervention tool. As a way to reach this objet study, it has been elected, as study case, the IPSS "Portas P'ra Vida", that works in the deficiency or disability area, using a qualitative methodology. As so, it has been constructed four scripts of semi-structured interview for the four groups that were selected to the interview (Users, Direction, Technicians and Guardians). Their speeches were analyzed using the QSR NVivo 7.0 *Software*, that link to the existence of scarce social responses, in multiple disabilities scope, to the difficulty linked with the insertion of persons with disabilities in the market work, to the evidence of a regular education system non-inclusive in relation to the disabled population and its real need of potentiation of resources to a better and greater development of these Users from APPV.

Key-Words: Community Psychology, Psychological Intervention, Empowerment, Deficiency, Disability

Résumé

L'importance des IPSS's dans l'intervention Communautaire et dans l'Autonomisation de Groupes Défavorisés est significative, au Portugal, un fait prouvé par le nombre de IPSS's existantes dans le pays, par la grande diversité de domaines d'intervention et par l'augmentation croissante des demandes d'aides aux IPSS's, accompagnant le moment de crise économique. L'objet de cette étude est de comprendre l'importance des IPSS's, à partir de l'étude d'un cas, dans la Société Civil Portugaise et les avantages advenus d'être bénéficiaire de leur intervention. Cette analyse assume comme encadrement conceptuel le savoir et les connaissances de la Psychologie Communautaire, spécifiquement, le concept théorique de l'intervention communautaire. Pour nous approcher de cet objet, nous avons pris l'étude du cas, de l'IPSS's « Portas Para a Vida » qui travaille dans le domaine de l'Handicap ou Incapacité à partir d'une méthodologie qualitative. Dans ce sens, quatre guides d'entretien semi-structuré, ont été construits, pour les quatre groupes sélectionnés pour l'entretien : les Utilisateurs, la Direction, les Techniciens, les Parents. Ses discours analysés à l'aide du software QSR NVivo 7.0. montrent l'existence de peu de réponses sociales dans le cadre de multi-handicap , pour la difficulté associée à l'insertion de personnes ayant un handicap dans le marché du travail, pour l'évidence d'un système régulier d'enseignement inclusif par rapport à cette population incapacité et pour une réelle nécessité de potentialisation de recours pour un meilleur et plus grand développement des utilisateurs dans la APPV.

Mots-clés: Psychologie Communautaire, Intervention Psychologique, Autonomisation, Carence, Incapacité

Índice Geral

<i>Agradecimentos</i>	3
<i>Resumo</i>	4
<i>Abstract</i>	5
<i>Résumé</i>	6
<i>Índice de Tabelas</i>	10
<i>Índice de Figuras</i>	11
<i>Índice de Abreviaturas</i>	12
<i>Capítulo I - Enquadramento Concetual da temática em análise</i>	16
1 - Psicologia Comunitária.....	16
1.1 - Origens da Psicologia Comunitária	16
1.2 – Principais contributos teóricos para a intervenção comunitária	20
2. A Psicologia Comunitária e o conceito de empoderamento.....	24
2.1 Empoderamento Psicológico	25
2.2 Empoderamento Organizacional	27
2.3. Empoderamento Comunitário	27
3 – O Papel das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) em Portugal como resposta às necessidades comunitárias	28
3.1 - Características das IPSS	29
3.2. A Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS: Portas P’rá Vida, contexto onde se desenvolve a investigação.....	31
<i>Capítulo II – Metodologia de Investigação</i>	34
1. Objeto e objetivos de Investigação	34
1.1. Objetivos Específicos da Investigação	34
2. Questões de Investigação	34

3. Caraterização da investigação	35
4. Participantes do estudo.....	36
6. Processo e instrumentos de Recolha de Dados	37
7. Tratamento e Análise de Dados	39
<i>Capítulo III – Apresentação e Discussão dos resultados</i>	41
1ª Categoria - História da APPV	42
2ª Categoria - Significados associados à existência e funcionamento da APPV	42
2.1. Direção.....	42
2.2. Técnicos da IPSS.....	43
3ª Categoria - Limitações e Potencialidades da IPSS APPV	44
3.1. Direção.....	44
3.2. Técnicos	44
4ª Categoria - Papel da IPSS APPV na Comunidade.....	44
4.1. Benefícios do seu Funcionamento.....	44
5ª Categoria - Estado Evolutivo dos Utentes	46
5.1. Encarregados de Educação e Familiares	46
5.2. Técnicos	46
6ª Categoria - Motivos envolvidos na tomada de decisão dos encarregados de educação para a integração dos seus encarregandos no Projeto da APPV	47
7ª Categoria - Principais transformações dos utentes pós-inclusão da APPV	48
7.1. Encarregados de Educação	48
7.2. Técnicos	49
7.3. Utentes	50
8ª Categoria -: Desenvolvimento de Esferas Pessoais dos Utentes.....	51
8.1. Técnicos	51
9ª Categoria - Competências Adquiridas pelos Utentes.....	51
9.1. Técnicos	51
9.2 Encarregados de Educação	52

10ª Categoria - Principais Limitações Superadas pelos Utentes	53
10.1. <i>Técnicos</i>	53
11ª Categoria - Grau de Satisfação com APPV.....	53
11.1. <i>Satisfação da Direção com o Trabalho Desenvolvido</i>	53
11.2. <i>Satisfação e Gratificação Pessoal dos Técnicos</i>	54
11.3. <i>Satisfação Dos Encarregados de Educação com os Serviços Prestados</i>	54
11.4. <i>Satisfação dos Utentes</i>	55
12ª Categoria - Importância das IPSS, em particular da APPV	56
12.1. <i>Técnicos</i>	56
12.2. <i>Encarregados de Educação e Familiares</i>	56
12.3. <i>Utentes</i>	57
12.4. <i>Direção</i>	58
13ª Categoria - Projetos e Expetativas Futuros	59
13.1. <i>Direção</i>	59
13.2. <i>Técnicos</i>	59
13.3. <i>Encarregados de Educação</i>	59
14ª Categoria - Recursos disponíveis e Constrangimentos	60
14.1. <i>Direção</i>	60
14.2. <i>Técnicos</i>	60
<i>Capítulo IV - Discussão de Resultados à Luz da Literatura</i>	62
<i>Capítulo V - Conclusões</i>	70
<i>Anexos</i>	80
Anexo I - GUIÕES DE ENTREVISTA.....	81
Anexo II – Árvores de Categorias (Direção, Técnicos, Encarregados de Educação e Utentes)	87
Anexo III – Lista de Frequência de Palavras	97

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Processos e Resultados dos três níveis de Empoderamento: Individual/Psicológico, Organizacional e Comunitário (€).....	27
Tabela 2 – Prestações sociais e utentes das IPSS, por grupo de funções.	28
Tabela 3 - História das IPSS, Em Portugal	30
Tabela 4 – Processo de realização da investigação.	39
Tabela 5 – Categorias de análise e sua definição.	41
Tabela 6 - Lista de frequência de palavras.....	97

Índice de Figuras

Figura 1 – Esquerda: Ilustração esquemática do microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema de Bronfenbrenner; Direita: Ilustração esquemática da teoria ecológica de Bronfenbrenner, U. 1979. The Ecology of Human Development. Cambridge: Harvard University Press	23
Figura 2 - Níveis de Empoderamento.	25
Figura 3 - Componentes do Empoderamento Psicológico.	26
Figura 4 - IPSS filiadas por distrito, em 2012.....	29

Índice de Abreviaturas

APPV – Associação Portas P’ra Vida

EP – Empoderamento Psicológico

IPSS – Instituição Privada de Solidariedade Social

PC – Psicologia Comunitária

Introdução

“Em 2009, ano marcado pela crise económica e financeira mundial, foram criadas 30 novas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) em Portugal e 30 mil novos postos de trabalho neste tipo de entidades.” (Lusa, 2009).

Em Portugal, estima-se que existam mais de quatro mil instituições em atividade, aceitando mais utentes e criando mais postos de trabalho. Em comparação, existem mais IPSS em Portugal do que em qualquer outro país, nascendo a maior parte delas da iniciativa dos cidadãos (Lusa, 2009).

De acordo com os arquivos do Instituto Nacional de Estatística (INE), no ano de 2007, todas as IPSS do país tiveram um orçamento aproximado de 1 464 097 000 € e ajudaram cerca de 1 036 000 de utentes (*vide in* tabela 2). Desde o ano de 2002 até ao ano de 2007, o número de utentes tem vindo sempre a aumentar, aumentando todos os anos, significativamenteⁱ (*vide in* tabela 2). Daqui podemos depreender que cada vez mais, grupos de cidadãos observam as necessidades com que se confrontam muitos grupos mais vulneráveis das suas comunidades e verificam que precisam de apoio, de amparo e orientação, de modo a conseguirem minimizar os seus *deficits* e promover as suas capacidades e competências para que possam, também eles, participar ativamente na sociedade que os marginaliza. O número crescente de utentes que beneficia do apoio destas IPSS's mostra claramente que há cada vez mais a noção de que vivemos em comunidade e, que os membros das comunidades devem unir esforços no sentido de desenvolver e potenciar a sua comunidade.

A IPSS em estudo, a Associação Portas P'ra Vida, consiste num dos exemplos de cidadania consciente e responsável, acima debatida, bem como consiste na única resposta social no Concelho de Lamego para apoiar e acompanhar o cidadão portador de deficiência mental e/ou incapacidade, no sentido, de permitir a esta população um desenvolvimento pleno, dentro das suas limitações, que lhes permita participar de forma ativa na comunidade onde está inserida. Neste sentido, e, trabalhando esta associação na lógica da Psicologia Comunitária, valorizando o desenvolvimento dos indivíduos nos diferentes contextos de vida em contraste com a exacerbação dos seus *deficits*, apostando no aperfeiçoamento dos recursos pessoais e na aquisição de competências

ⁱ Após a crise económica de 2008 e após a ajuda económica da troika, o número de solicitações às IPSS tem aumentado exponencialmente.

que permitam empoderar os indivíduos *“O conceito de empoderamento tem, aliás, sido advogado como essencial nos objetivos das intervenções de Reabilitação por vários autores e movimentos sociais, tanto ao nível das práticas como das políticas sociais.”* (Teixeira, 2006, pág. 14) e, deste modo, possibilitar a sua participação na comunidade. Pretende-se dar visibilidade a esta associação, ao trabalho por ela desenvolvido, às suas iniciativas e projetos e perceber de que forma nasceu esta iniciativa, quem são os atores por trás dela, como se tem realizado a gestão deste projeto, quais os recursos reais, quais os constrangimentos, quais os projetos e expectativas relativamente ao futuro e quais as barreiras sociais que a instituição, aos olhos de diferentes grupos (Direção, Técnicos, Encarregados de Educação e Utentes) pretende, ainda, ultrapassar.

O estudo organiza-se essencialmente em três capítulos.

Assim, no **primeiro capítulo** apresenta-se a abordagem teórica e conceptual, por ser a visão mais adequada para o problema em análise, focando-se: na Psicologia Comunitária, suas origens, objetivos, valores e contributos e perspetivas teóricas orientadoras; bem como a abordagem de um conceito intimamente associado, o conceito de Empoderamento; o papel das IPSS em Portugal e suas características e a IPSS Portas P’ra Vida, contexto onde se desenvolve a investigação.

No **segundo capítulo**, é apresentada a Metodologia de Investigação, onde se faz uma análise do estudo, de natureza exploratória, se apresentam os objetivos e as questões de investigação, se apresenta a lógica da metodologia e se descrevem os instrumentos utilizados e criados para o estudo que, foram utilizados para recolha de informação e, posteriormente, para a análise de dados.

No **terceiro capítulo**, são apresentados e discutidos os resultados, recorrendo às ferramentas de organização, categorização e codificação de informação do programa de análise qualitativa NVivo 7. Assim, a partir de uma abordagem de proximidade, através de Entrevistas Semi-Estruturadas realizadas aos diferentes grupos já referidos, no sentido, de obter o seu *feedback* concertado, são criadas diferentes categorias de análise delineadas para este estudo de caso. De entre os resultados encontrados, salienta-se a evolução manifestada pelos utentes ao longo do seu percurso na instituição, as perceções dos encarregados de educação, dos técnicos e da direção relativamente às barreiras sociais existentes à participação do cidadão com deficiência, as limitações e constrangimentos vividos e geridos pela instituição e a significação que os utentes

fazem do período vivido na escola pública, em sistema de escola inclusa, par além de considerações gerais acerca da satisfação dos quatro grupos em relação ao trabalho desenvolvido pela APPV, entre outros resultados resultantes de outras categorias de análise.

Finalmente salientam-se as principais conclusões e contributos deste estudo para a investigação neste domínio, apresentam-se os constrangimentos e limitações com que nos confrontamos, ou seja os limites deste trabalho, e extraem-se as implicações destes resultados para a intervenção psicológica comunitária.

Capítulo I - Enquadramento Concetual da temática em análise

I - Psicologia Comunitária

“Eu definiria-a como uma tentativa para tornar mais efetivos os campos da Psicologia Aplicada ao fornecimento de serviços mais recetivos às necessidades e carências das comunidades por eles servidas.” Bender (1978, p. 18).

A Associação Portas P’ra Vida, contexto onde ocorre esta investigação, no sentido de fornecer serviços coerentes com as necessidades e carências manifestadas pela comunidade, ao longo destes anos vem desenvolvendo o seu trabalho intervindo no ambiente específico que a rodeia, apoiando e acompanhando uma população que até ao desenvolvimento e criação desta instituição, não tinha qualquer resposta social que viesse ao encontro das problemáticas de apoio técnico e humano do cidadão portador de deficiência e/ou incapacidade. Por isso, sendo eminentemente um trabalho na, pela, para e com a comunidade não faz senão sentido abordar este estudo de caso à luz dos conhecimentos produzidos no âmbito da Psicologia Comunitária (Menezes, 2010). Procurar-se-á, portanto, perceber melhor as origens deste fenómeno de produção de saberes, os principais contributos teóricos para a intervenção comunitária e identificar outros saberes que se foram consolidando à volta da Psicologia Comunitária e da Intervenção Comunitária, como é o Empoderamento.

1.1 - Origens da Psicologia Comunitária

A Psicologia Comunitária surge num período de grandes transformações, num período em que se colocavam grandes questões acerca da sociedade e dos seus problemas. Associados ao ritmo de mudança acelerado que se fazia sentir, surge a necessidade de se criarem novas metodologias para aceder e tratar os fenómenos sociais, pois as que eram até aí utilizadas não mais lhes respondiam de forma adequada. Em 1963, o Presidente Kennedy defendeu, no Congresso Americano, que os Doentes Mentais deviam ser reintegrados na comunidade, como forma preventiva face ao sofrimento do ser humano e procurou, também, promover uma visão positiva da Saúde Mental. Assim, nasceram os Centros de Saúde Mental Comunitários que foram determinantes na criação de um novo paradigma de intervenção comunitária. Importante a ideia de prestação de cuidados a nível comunitária, ideia que foi importada da

experiência de soldados que participaram na II Guerra Mundial. Ou seja, os cuidados devem ser prestados onde as problemáticas ocorrem. Os Hospitais psiquiátricos apresentavam más condições e alguns autores defendiam que eram mais os problemas que estes criavam do que aqueles que resolviam. Em 1961, a influência de Goffman levou os demais a crer que os doentes mentais podiam ser mantidos fora das instituições, através da criação de serviços comunitários e que essa mudança seria, para eles, benéfica (Ornelas, 1997).

Segundo Ornelas (1997), estudos epidemiológicos de Strole et. al. em 1962, Leighton em 1963 e Dohrenwende Dohrenwend em 1969 mostraram de forma clara a existência de uma relação inversa entre o *status social* e as perturbações psicológicas. Daqui concluíram que as perturbações emocionais são mais frequentes e profundas em grupos de baixos rendimentos, desfavorecidos. Mas, ainda, em zonas geográficas onde a desorganização social dominava. A relação entre os problemas sociais e a saúde mental impulsionou a mudança de um *modelo biológico e individual* para um modelo de intervenção educacional, de crítica social, de reformas sociais e planeamento social. Os Programas de Luta Contra a Pobreza dos anos 60 ilustram bem esta alteração de modelos, esta mudança de papéis. Estes procuravam intervir no sentido de prestar serviços diretos, a *nível educacional, assistência habitacional e segurança social*. O que estava em causa era, sem dúvida, a mudança social, sobretudo, na prestação e assistência direta à população. Promoveram, a participação social o que também veio a dar origem ao conceito de *Controlo da Comunidade*. O conceito de doença alterou-se. Deixou de ser algo determinantemente pessoal e foi atribuída responsabilidade ao sistema social que tem como dever proporcionar um ambiente adequado ao desenvolvimento individual. É prioritário que a comunidade tenha acesso à prestação de serviços de qualidade para que possa funcionar de forma funcional e eficiente.

Em 1977, Rappaport refere-se à Saúde Mental Comunitária como: “*uma abordagem dos problemas comunitários que rejeita a noção de défice, e defende o princípio do ajustamento do indivíduo ao seu meio, da relatividade cultural e da diversidade, que transforma o objetivo da intervenção social no fornecimento de recursos materiais, educacionais e psicológicos de suporte, aos indivíduos e grupos de uma comunidade que assim, podem viver segundo formas diferenciadas da sociedade em geral*” (cit. in Ornelas, 1997, p.61).

Em 1965, no âmbito da Conferência de Swampscott, surge o termo Psicologia Comunitária. Esta conferência debatia o papel dos psicólogos no Movimento da Saúde Mental Comunitária e, nela, foram definidas três prioridades: a *primeira* foi a **intervenção a nível da Prevenção Primária**; a *segunda*, foi a **intervenção a nível da comunidade**; a *terceira*, foi a **intervenção numa perspectiva de mudança** (Ornelas, 1997).

A Psicologia Comunitária, nas últimas duas décadas, tem vindo a desenvolver serviços adequados para populações que são socialmente marginalizadas, tem vindo a desenvolver técnicas de prestação de serviços inovadoras, tem vindo a desenvolver estratégias de empoderamento, tudo isto, no sentido de facilitar e fomentar uma participação ativa destes grupos, nas suas comunidades (Ornelas, 1997).

Rappaport define a Psicologia Comunitária como uma prática que: *“Acentua a importância da perspectiva ecológica da interação, garantindo a possibilidade de melhorar a adaptação entre as pessoas e o seu ambiente mediante a criação de novas possibilidades sociais e através do desenvolvimento de recursos pessoais, em vez de sublinhar exclusivamente a supressão das deficiências dos indivíduos e da sua comunidade”* (1977, p.73).

A PC baseia-se em dois modelos centrais, são eles: o do desenvolvimento humano e o da mudança social (a procura ativa de alternativas sócio-políticas). Estes dois modelos pressupõem uma visão positiva da comunidade e das pessoas. Assim sendo, é reconhecida a capacidade das pessoas e das comunidades de serem responsáveis e competentes na construção das suas vidas, sendo suficiente que, para alcançar esta postura, exista a facilitação de certos processos sociais na ação local e na promoção da consciencialização (Góis, 2003).

A PC compreende a atividade comunitária como uma social de grande significação (Que se pressupõe consciente e crítica) própria do estilo de vida da comunidade (objetivo e subjetivo) e que envolve um sistema de relações e representações, bem como a apropriação do espaço da comunidade, a identidade pessoal e social, a consciência, o sentido de comunidade e os valores e sentimentos envolvidos em todo este processo (Góis, 2003).

Deverá ser, através de um esforço multidisciplinar, que se consegue alcançar os objetivos da intervenção comunitária, como o é o desenvolvimento dos indivíduos na comunidade, promovendo o aumento da consciência geral dos indivíduos acerca dos ambientes/contextos que os rodeiam e ao estilo de vida da comunidade. Deste modo, é do interesse da PC estudar os significados e sentidos, bem como os sentimentos individuais e coletivos associados à vida em comunidade. A partir daí, é possível analisar de que forma, esse sistema de significados, sentidos e sentimentos, se encontra nas atividades comunitárias e nas condições gerais de vida dos indivíduos. A PC preocupa-se com as condições psicossociais de vida da comunidade. Centralizando, deste modo, o indivíduo como sujeito construtor da realidade, surgindo da atividade de superação das contradições sociais em que vive, como consequência do desenvolvimento de sua prática social local (Góis, 2003).

a) Promoção da consciência política e da cidadania:

Partindo do princípio que a intervenção comunitária busca atingir um bem-estar geral e promover a justiça social, é inevitável percebermos que tais intenções se encontram intimamente associadas a um compromisso político e à procura de uma cidadania efetiva. Deste modo, a Psicologia Comunitária, desperta os cidadãos para uma consciência política e de responsabilidade social. Por outro lado, a política influencia de forma determinante a história (Menezes, 2010)

b) Fortalecimento da Sociedade Civil:

Do qual é um grande exemplo o Gabinete de Apoio à Família (GAF), um Centro Comunitário, sediado em Viana do Castelo, criado pela ordem religiosa dos Carmelitas Descalços em 1994 com o objetivo de promover o desenvolvimento da família e procurar dar uma resposta concertada aos problemas associados à dinâmica familiar, tais como as problemáticas presentes em famílias disfuncionais e na prevenção da exclusão social, fortalecendo, deste modo, esta comunidade e a Sociedade Civil, em geral, numa atitude proactiva de bem-estar geral e responsabilidade civil. (Menezes et al., 2007)

c) Participação ativa e democrática de todos os sujeitos na vida da comunidade:

Temática onde podemos salientar o Projeto Da Comunidade da Boavista (1974-79), no contexto de uma comunidade empobrecida perto de Lisboa, e levado a cabo por um grupo de psiquiatras hospitalares com o grande objetivo de promover a capacidade de autonomia da referida comunidade, no sentido de esta ser capaz de estar ativamente envolvida na discussão e resolução dos problemas por ela apresentados, sempre com o objetivo maior de alcançar um nível superior de qualidade de vida, onde a participação civil, comprometendo-a e envolvendo-a numa atitude proactiva de cooperação e responsabilização na inclusão de cidadãos desfavorecidos (Menezes et al., 2007).

d) Produção de reflexão crítica

A opção mais radical com que se confronta, na atualidade, a psicologia e o exercício da mesma é acomodar-se a um sistema social e político vigente, do qual vamos tirando alguns benefícios, ou assumir uma leitura crítica e denunciadora das lógicas dominantes. Ou seja, ou a psicologia está ao serviço do empoderamento de todos os cidadãos, nomeadamente dos que são menos cidadãos, ou ao serviço do *status quo* das minorias poderosas à custa das maiorias desempoderadas. Trata-se colocar o saber psicológico e a intervenção dos profissionais ao serviço de uma sociedade “em que o bem estar dos menos não se faça sobre o mal estar dos mais; em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros; em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos (Martín-Baró, 1996)

1.2 – Principais contributos teóricos para a intervenção comunitária

A PC tem como característica original apresentar o que, para muitos, é um modelo teórico «confuso». Isto porque nunca foi elaborado um modelo teórico próprio, sendo a sua orientação fundamentalmente prática, identificando-se como psicologia social aplicada. Contudo, não é correto pensar que a sua prática não se baseia em princípios teóricos precisos. Pelo contrário, as suas referências teóricas são provenientes de diversos modelos teóricos, que se completam, tornando, deste modo, possível compreender o objeto de estudo da psicologia comunitária – a COMUNIDADE.

Tendo como ponto de partida que a intervenção comunitária tem como objeto e objetivo o desenvolvimento humano e a sua promoção e empoderamento pessoal e

social, implica assumir uma perspectiva concetual que seja consistente com estes objetivos. Há perspectivas teóricas mais intra-individuais – como, as abordagens psicanalíticas, cognitivistas clássicas e comportamentais cognitivas - que são menos relevantes para o nosso objeto de análise, e modelos teóricos mais ecológicos, contextuais e históricos sociais que nos poderão ser mais úteis como, as perspectiva construtivistas e construcionistas sociais, as desenvolvimentista e ecológicas contextuais... Estas grelhas conceptuais de análise permite-nos múltiplas possibilidades de conceptualização do desenvolvimento humano em construção/reconstrução, para além da dimensão intrapessoal/intrapsíquica, fazendo-nos perceber que é na circunscrição de uma rede complexa de inter-relações dos vários contextos de vida, mais próximos ou alargados, que se proporcionam as condições favoráveis ao desenvolvimento do potencial de que todos os seres humanos são portadores, estando intimamente dependentes, não só dos recursos pessoais, mas da qualidade psicossocial dos contextos. Ou seja, cada sujeito vai-se auto-organizando nas várias dimensões da sua existência, ao longo do seu desenvolvimento, como o resultado das relações significativas que foi estabelecendo com o mundo que o rodeia, nomeadamente com a família, escola e contexto social de origem. Importa, assim caraterizar brevemente estes modelos teóricos que são assumidos como mais-valias (Gonçalves, 2008).

Nesse sentido, serão apresentados, de seguida, os principais modelos teóricos orientadores da PC (Fernandes, 2000).

1.2.1 - Perspetiva Desenvolvimentista

O desenvolvimento humano é um processo que decorre ao longo de todo o ciclo vital e que resulta da interação entre o indivíduo e os seus múltiplos contextos de vida. O desenvolvimento é, portanto, uma trajetória, um caminho que se vai construindo e reconstruindo ao longo da nossa vida, sempre temperado pelas experiências de vida que o meio envolvente nos proporciona, sendo que estas experiências podem ocorrer no sentido da viabilização ou da inviabilização, o que leva o indivíduo, invariavelmente, a reorganizar o seu sistema pessoal (Gonçalves, 2009a).

1.2.2 - Perspetiva Construtivista

A perspectiva construtivista postula que a realidade psicológica do sujeito humano não se restringe a uma abordagem intrapessoal, naturalista e essencialista da realidade pessoal que cria a ilusão de que ao mudar os sujeitos se transformam os seus

contextos, como se as comunidades fossem o somatório dos indivíduos. Ou seja, a realidade pessoal não um mero assunto privado, mas reflexo da qualidade e das possibilidades que os contextos de vida permitiram para se constituir como um sujeito autor e ator da sua história pessoal e social. Pelo contrário, os construtivismos afirmam que é o próprio sujeito constrói a sua realidade, que constrói os conhecimentos acerca de si e do mundo. Assim, o sujeito é construtor de significados idiossincráticos, o que tornará possível a viabilização dos seus projetos. O ser humano conhece a realidade em que vive, em que está inserido, de forma ativa e emotiva através da construção de significados. Para a perspectiva construtivista, a *emoção*, a *cognição* e a *ação* são elementos do mesmo *continuum* e as clivagens entre eles são racionais (Gonçalves, 2009a).

1.2.3 - Perspetiva Ecológica

O estudo do ser humano só tem sentido se realizado em contexto, cada pessoa deve ser estudada no seu contexto natural. Para este conceito do desenvolvimento humano, grande foi o contributo de U. Bronfenbrenner (1979; 1986) que nos diz que a ação humana só poderá ser inteligível no ecossistema em que esta ocorre. Assim sendo, este autor apresenta-nos cinco outros conceitos, são eles: o *microsistema*, o *mesossistema*, o *exossistema*, o *macrossistema* e o *cronossistema*. Assim, desde esta perspectiva a atividade humana não se desenvolve num vácuo social, mas está antes rigorosamente situada num contexto sócio-histórico e cultural de significados e relações e temporalidade. Tal como uma mensagem só faz sentido em termos do contexto total em que ocorre, as ações humanas estão embebidas no contexto do tempo espaço, cultura e de regras tácitas comunitárias de conduta” (Rosnow & Georgoudi, 1986, p. 4) Atualmente, a deficiência ou incapacidade, área de intervenção da IPSS Portas P’ra Vida, tem “*vindo a privilegiar uma perspetiva interacionista pessoa/contexto na sua definição* (Verbrugge & Jette, 1994; Masala & Petretto, 2008, cit. in Teixeira, 2012, p. 13)

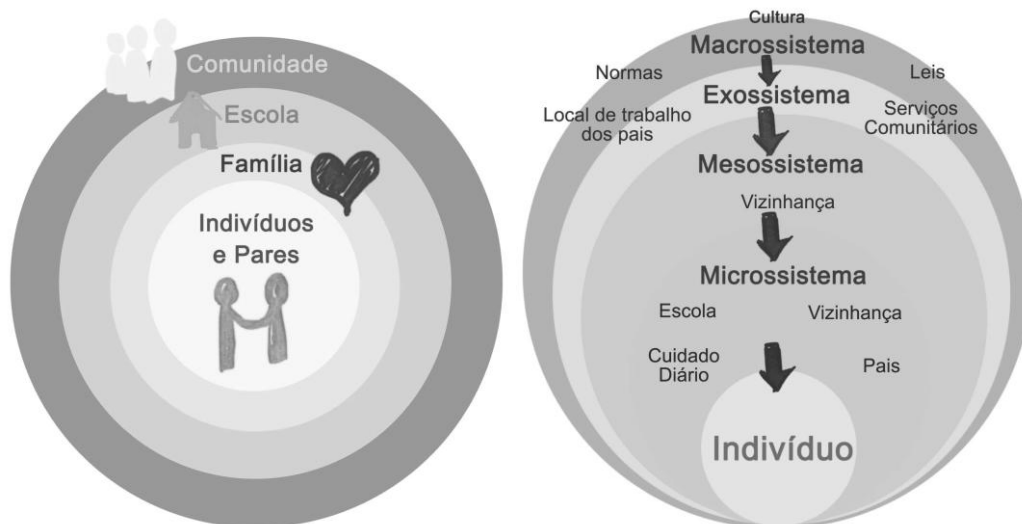


Figura 1 – Esquerda: Ilustração esquemática do microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema de Brofenbrenner; Direita: Ilustração esquemática da teoria ecológica de Bronfenbrenner, U. 1979. *The Ecology of Human Development*. Cambridge: Harvard University Pressⁱⁱ

1.2.4. A Psicologia Comunitária e a Teoria da Crise

A Teoria da Crise é compreendida numa perspetiva comunitária, explicando-nos que as situações de crise surgem quando existem falhas na socialização e, por conseguinte, a sociedade sente sérias dificuldades para dar resposta a estas situações. No fundo, as diferenças de funcionamento que existem entre os indivíduos existem em função do suporte diferenciado que o meio dá a cada um deles, da disponibilidade de recursos, de redes de apoio para situações de crise, conflito, dificuldade. Não temos todos as mesmas oportunidades e nem o mesmo acesso a esses recursos. Esta teoria chama a nossa atenção para a importância da intervenção, que pode ocorrer a vários níveis. Acontecimentos de crise, inesperados requerem um grande esforço no sentido da adaptação, dada a tensão emocional que suscitam e o forte sentimento de intransponibilidade. A palavra *crise* vem do grego e significa *decidir*, ocorrendo quando os indivíduos são levados a enfrentar obstáculos que ameaçam os seus objetivos. Os obstáculos são vistos como intransponíveis e de difícil resolução através dos métodos comuns de resolução de problemas. A crise ocorre sempre que a adaptação é perturbada por uma situação emergente. A antiga adaptação não é mais funcional e é necessário encontrar novas respostas, o que implica mudanças radicais na vida das pessoas, na sua conduta e organização (Ornelas, 1997).

ⁱⁱ Baseado em “The Ecology of Human Development: Harvard University Press (Manteghi, 2010)

2. A Psicologia Comunitária e o conceito de empoderamento

Empoderamento e Desempoderamento são constructos centrais da Psicologia Comunitária, sendo, por isso, abordados neste capítulo de racional teórico. A PC preocupa-se com o fato de que a gestão dos recursos sociais e económicos pelos poderes instituídos criar adversidade e desigualdade para as comunidades e para os indivíduos, sendo o empoderamento destas comunidades uma forma de restabelecer o equilíbrio perdido (Orford, 2008).

“Empowerment is a construct that links individual strengths and competencies, natural helping systems, and proactive behaviors to social policy and social change (Rappaport, 1981; 1984).

Assim, o empoderamento é o processo segundo o qual as pessoas, as organizações e comunidades ganham mestria sobre problemas que lhes dizem respeito. Engloba múltiplos níveis de análise, sendo que cada nível de análise é interdependente dos outros (C. Gonçalves, 2009b). Consiste num processo através do qual os indivíduos, as organizações ou as comunidades (Rappaport, 1984; Zimmerman, 1995; 2000):

- Ganham mestria e controlo sobre as suas vidas;
- Acedem autonomamente aos recursos da comunidade;
- Participam de forma ativa e democrática na vida das suas comunidades

O Empoderamento é um constructo que faz a ligação entre os pontos fortes e as competências das pessoas com os sistemas naturais de ajuda e comportamentos proactivos que permitam a política social e a mudança social. Assim, o Empoderamento funciona não só como uma **teoria**, uma **metodologia de intervenção**, uma **estratégia** e um saber promotor da **investigação**, tendo sempre por base a noção de bem-estar individual associada a uma escala social e política mais abrangente, maior (Perkins & Zimmerman, 1995).

Na área da Reabilitação, da Aquisição, Manutenção e Otimização de competências, os *“valores de empoderamento aplicados ao sector da Reabilitação orientam os profissionais a trabalhar com as pessoas no sentido de que estas se tornem tão autónomas e independentes quanto possível, o que implica que se envolvam activamente nos processos de identificação e mudança das condições que constituem barreiras (e.g. físicas, psicológicas e sociais) e que limitam a sua completa inclusão e participação nas comunidades em que vivem (Charlton, 1998; Hagner & Marrone,*

1995; Hahn, 1991; Speer & Jackson & Peterson, 2001; Straw, 1994; Zimmerman, 2000; cit in Teixeira, 2012, p. 1 e 2).

Podemos distinguir três níveis de *Empoderamento*, são eles: o *Empoderamento Psicológico*, o *Empoderamento Organizacional* e o *Empoderamento Comunitário*.



Figura 2 - Níveis de Empoderamentoⁱⁱⁱ.

2.1 *Empoderamento Psicológico*

O Empoderamento psicológico consiste num processo através do qual os indivíduos ganham mestria e controlo sobre as suas vidas e um entendimento crítico acerca dos ambientes/contextos que o rodeiam (Zimmerman, Israel, Schulz, & Checkoway, 1992).

- a) Componente Intrapessoal** – refere-se a variáveis da personalidade (*locus de controle*), cognitiva (auto-eficácia) e motivacional.

ⁱⁱⁱ Baseado em: Menezes, Intervenção Comunitária: Uma Perspectiva Psicológica (Menezes, 2010).

- b) Componente Interaccional** – refere-se ao modo como os indivíduos usam as suas competências, as suas capacidades para acederem aos recursos do seu meio e influenciarem os ambientes em que estão inseridos.
- c) Componente Comportamental** - refere-se à ação de exercer controlo na participação ativa nas atividades da comunidade (Menezes, 2010).

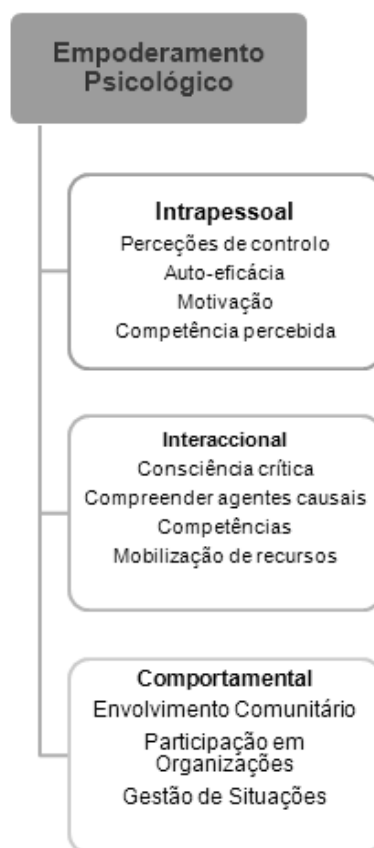


Figura 3 - Componentes do Empoderamento Psicológico^{iv}.

O *EP* não se resume simplesmente a percepções individuais de competência, ele inclui a compreensão do ambiente sociopolítico de cada um. Inclui também as aprendizagens no sentido de se conseguir controlar agentes e de agir de forma a influenciar esses mesmos agentes (Zimmerman, 1995). O *EP* não deve ser visto numa perspetiva individualista ou como uma forma de promoção pessoal, de promoção da ideologia de um versus a ideologia de outros. Pelo contrário, o *EP* acredita que os objetivos podem ser alcançados, tendo em conta as fontes e os fatores que têm a

^{iv} Baseado em: Menezes, Intervenção Comunitária: Uma Perspectiva Psicológica (Menezes, 2010).

capacidade de promover ou incapacitar o esforço de cada um para alcançar esses objetivos (Zimmerman, 1995).

2.2 Empoderamento Organizacional

Inclui processos e estruturas que promovem e aumentam as capacidades dos membros de uma organização e os mune do apoio mútuo necessário para efetivar a mudança de nível na comunidade (Zimmerman, 1995).

2.3. Empoderamento Comunitário

Refere-se ao trabalho que os indivíduos desenvolvem em conjunto, de um modo organizado, para melhorar as suas vidas, no plano coletivo, e ligações no seio das organizações e agências comunitárias que ajudam a manter a qualidade de vida das mesmas (Zimmerman, 1995).

Tabela 1 - Processos e Resultados dos três níveis de Empoderamento: Individual/Psicológico, Organizacional e Comunitário (€).

Níveis	Processos (de empoderamento)	Resultados (empoderados)
Individual	Competências de Tomada de	Sentido de Controlo
	Decisão	Consciência Crítica
	Gerir Recursos	Comportamentos de Participação
	Trabalhar com outros	
Organizacional	Oportunidades de participar na tomada de decisões	Competir eficazmente pelos recursos existentes
	Partilha de responsabilidade e liderança	Trabalhar em parceria com outras organizações
		Influenciar políticas
Comunitário	Acesso aos recursos	Coligações de Organizações
	Estrutura de "governo" aberto	Liderança pluralista
	Relevância da diversidade	Competências de Participação dos membros

A essência do empoderamento assenta na distinção entre os processos – procedimentos, ações ou recursos que promovem o empoderamento - e os resultados – consequências práticas da implementação dos processos. Estes últimos só são considerados como preditores de empoderamento se auxiliarem os indivíduos, grupos

ou organizações no desenvolvimento de competências para lidar com os seus problemas, desenvolvendo a assertividade e capacidade de tomada de decisão, elementos imprescindíveis na promoção da autonomia e fortalecimento de uma dada comunidade (Zimmerman & Perkins, 1995).

3 – O Papel das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) em Portugal como resposta às necessidades comunitárias

As Instituições particulares de Solidariedade Social são empresas sociais que oferecem à população serviços de proximidade muito diversificados. Estas são específicas do contexto português e formam já um *quasi-market* da ação social. É deste modo que se consegue fazer chegar à população as prestações de proteção social que são garantidas pelas políticas públicas. Estão dispersas por todo o território e têm uma representação determinante na ação social portuguesa. No final do ano de 2007, como já tivemos oportunidade de ver anteriormente, foram identificadas 5408 entidades proprietárias de equipamentos sociais, que representam o sector não lucrativo, isto num universo de 73,3%, do qual 66,5% são IPSS (*Carta Social de 2007*).

Tabela 2 – Prestações sociais e utentes das IPSS, por grupo de funções.

	Unid.	2002		2003		2004		2005		2006		2007		
		10 ³	%	10 ³	%	10 ³	%	10 ³	%	10 ³	%	10 ³	%	
Montante Total	€	1.088.695	100,0	1.141.976	100,0	1.261.924	100,0	1.345.172	100,0	1.407.277	100,0	1.464.097	100,0	
Total de Utentes	nº	889	100,0	894	100,0	966	100,0	1.006	100,0	1.021	100,0	1.036	100,0	
Família	Montante	€	455.433	41,8	476.527	41,7	525.526	41,6	660.194	49,1	586.058	41,6	609.720	41,6
	Utentes	nº	400	45,0	403	45,1	435	45,0	453	45,0	460	45,1	467	45,1
Velhice	Montante	€	378.666	34,8	407.852	35,7	451.555	35,8	481.343	35,8	503.566	35,8	532.898	36,4
	Utentes	nº	195	21,9	202	22,6	219	22,7	228	22,7	231	22,6	235	22,7
Doença	Montante	€	107.052	9,8	114.416	10,0	125.861	10,0	134.164	10,0	140.358	10,0	146.025	10,0
	Utentes	nº	169	19,1	174	19,5	188	19,4	165	16,4	198	19,4	201	19,4
Invalidez	Montante	€	118.973	10,9	116.408	10,2	129.173	10,2	137.695	10,2	144.052	10,2	149.868	10,2
	Utentes	nº	45	5,0	42	4,7	46	4,7	48	4,8	48	4,7	49	4,7
Exclusão Social	Montante	€	28.571	2,6	26.773	2,3	29.809	2,4	31.776	2,4	33.243	2,4	34.585	2,4
	Utentes	nº	80	9,0	72	8,1	79	8,2	82	8,2	83	8,1	84	8,1

Fonte: (Instituto Nacional de Estatística, 2009)

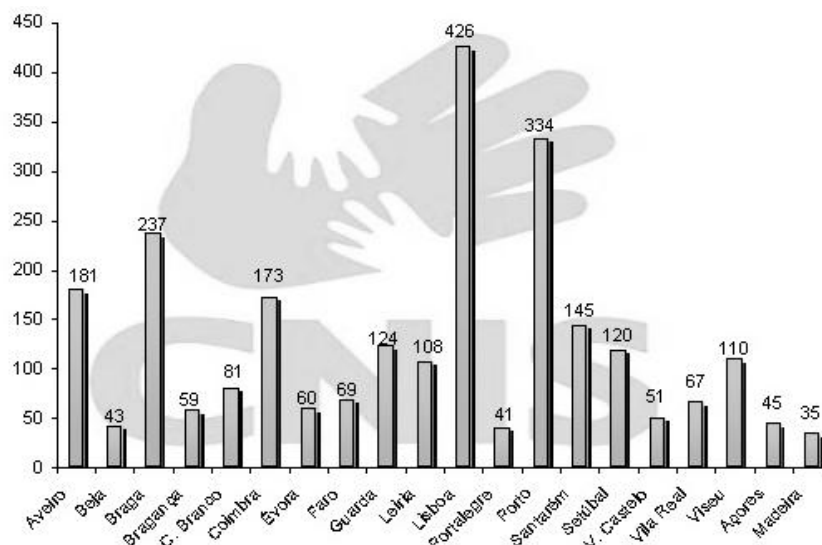


Figura 4 - IPSS filiadas por distrito, em 2012.

Fonte: Confederação Nacional de Solidariedade Social (Solidariedade, 2012)

3.1 - Características das IPSS

As empresas do sector social são caracterizadas através dos seus aspetos estruturais e de funcionamento. São consideradas ideais, as empresas sociais que cumprem os seguintes requisitos: são criadas por *iniciativa coletiva*; têm como *finalidade o apoio à comunidade*; apresentam uma *orientação*, a longo prazo, *para a pluralidade* das partes interessadas; apresentam uma *gestão democrática*; *prestação* continuada de bens e/ou serviços individualizados (produção e/ou distribuição); têm *capacidade empregadora*; têm um *elevado grau de autonomia*; têm a *assunção de um risco económico real*; têm uma *distribuição limitada de resultados* (Lucas & Pereira, 2009).

Em Portugal, são vários os domínios trabalhados pelas IPSS: a *Segurança Social*, a *Proteção na Saúde*, a *Educação* e a *Habituação*. Algumas das principais áreas de atuação são: Apoio a Crianças e Jovens; Apoio à Família; Proteção dos cidadãos na Velhice e na Invalidez e em todas as situações de inexistência ou diminuição de meios de subsistência ou capacidade de trabalho; Promoção e proteção da saúde, através da prestação de cuidados no âmbito da medicina preventiva, curativa e de reabilitação; Educação e formação profissional dos cidadãos; cidadãos incapacitados física ou mentalmente; violência doméstica; cidadãos excluídos socialmente: HIV/SIDA,

consumo de drogas, sem abrigos, Resolução dos problemas habitacionais dos cidadãos (Lucas & Pereira, 2009).

As IPSS tiveram a sua origem nas comunidades dos cidadãos tentando dar respostas aos problemas reais dos cidadãos mais desprotegidos e desfavorecidos; onde não chega o serviço público surge, de forma mais eficaz e eficiente, a disponibilidade do cidadão comum para o cuidado pelos outros próximos, na tentativa de inclusão e de devolução da dignidade de pessoa humana com direitos e deveres.

Ao longo da história secular de Portugal foi emergindo respostas espontâneas por parte da comunidade movidas por referenciais e valores contextualizados no ambiente histórico e cultural que se foram transformando até à atual resposta solidária proporcionada pelas IPSS, como se pode analisar, ainda que brevemente, no quadro abaixo (Luís, 2007).

Tabela 3 - História das IPSS, Em Portugal^v

<i>Até ao final do séc. XV</i>	<i>No final do séc. XV</i>	<i>Desde o final do séc.XV até aos nossos dias</i>
As necessidades da população portuguesa originaram uma diversidade de iniciativas, provindas de vários grupos sociais. Algumas dessas iniciativas eram de cariz local, estando associadas a ordens militares e religiosas ou a confrarias de mestres e a mercadores ricos. Outras, nasceram fruto da caridade de vários reis e rainhas, bem como outros nomes da nobreza e do alto clero (Luís, 2007).	Quatro tipos de estabelecimentos assistenciais: as Albergarias, os Hospitais (hospedarias para pobres), as Gafarias/Leprosarias e as Mercearias (que se deviam à obrigação religiosa de fazer o bem pela alma ou saúde de alguém) (Luís, 2007).	Mudança de paradigma - visão de solidariedade como um puro acto de caridade muito ligado ao dever religioso para uma visão de solidariedade como uma responsabilidade social do Estado e da Sociedade Civil. No final do séc. XVIII , é criada a Casa Pia que pode ser considerada como um marco para a criação de um estabelecimento de assistência social de origem pública ou estatal. Constituição de 1976 - surge ,pela primeira vez, a denominação de IPSS (Instituição Privada de Solidariedade Social) (Luís, 2007).

^v Fonte: <http://jornalpartilha.blogspot.com/2007/10/histria-das-ipsss-em-portugal.html> (Visto em Janeiro de 2010).

3.2. A Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS: Portas P'rá Vida, contexto onde se desenvolve a investigação

A Instituição Portas P'rá a Vida é mais uma das muitas IPSS que existem por todo o nosso país e promovem o bem-estar e justiça social no seio da nossa sociedade de desigualdades e discriminações. A revisão bibliográfica e as estatísticas do país mostram-nos a importância que os movimentos de cidadania têm para um número significativo da população nacional. Da mesma forma, que nos parece inevitável perceber uma vertente política na prática da PC, é, também, inevitável perceber que é necessário atribuir uma maior visibilidade ao trabalho de todas as IPSS a funcionar no país. Pois o trabalho comunitário, promove a cidadania, a reflexão crítica, a multiplicação de saberes, a divergência de pensamento, a interdisciplinaridade, a justiça social, a solidariedade, o desenvolvimento pessoal dos profissionais e dos beneficiários e o bem-estar psicológico geral que, é o objetivo de qualquer profissional de psicologia. Foi de acordo com estes saberes, factos e valores que desenvolvi o meu trabalho de mestrado, mostrando, realçando e publicitando a mais-valia do trabalho das IPSS, em particular, da APPV.

A Associação “Portas P'rá Vida” é uma Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente do Agrupamento de Concelhos do Vale Douro-Sul, designadamente: Lamego, Cinfães, Resende, Tarouca, Moimenta da Beira, Sernancelhe, Penedono, Armamar, Tabuaço e S. João da Pesqueira.

Criada em 30 de Novembro de 1990, adquiriu o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) em 9 de Maio de 1991, registada sob o n.º 9191 – Associações de Solidariedade Social, por iniciativa de um grupo de pais e técnicos, visando a integração de Pessoas Portadoras de Deficiência.

A Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente do Agrupamento de Concelhos do Vale do Douro-Sul – é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que presta serviços a pessoas com deficiências e incapacidades e que tem como principais objetivos:

- Dar à Pessoa com Deficiência oportunidades latentes de integração social, designadamente no âmbito da *Saúde, Educação, Formação e Trabalho*;
- Despertar e sensibilizar a sociedade para a problemática da Pessoa com Deficiência;

- Sensibilizar pais, família e outros, motivando-os para a defesa dos direitos do cidadão com deficiência em geral;
- Apoiar pais e família, pela formação psicológica e moral na integração da Pessoa com Deficiência

Trata-se de uma Instituição de utilidade pública sem fins lucrativos que, atualmente, dá atendimento a Cidadãos portadores de Deficiências e Incapacidades, nas Valências de Centro de Atividades Ocupacionais, Formação Profissional e Empresa de Inserção.

Visão

Ser uma entidade de referência no âmbito da inclusão social, proporcionando melhor qualidade de vida aos seus clientes e múltiplas formas de vivência em comum, dando-lhes respostas adequadas e qualificadas, nas suas diferentes fases de desenvolvimento.

Missão

Prestar apoio psico-social e sócio – laboral de qualidade a cidadãos com deficiências e/ou incapacidades do Agrupamento de concelhos do Vale Douro Sul, indo de encontro às suas necessidades e estabelecendo parcerias de forma a maximizar os nossos serviços.

Valores

Todos os colaboradores da APPV devem agir com Responsabilidade e Profissionalismo, cultivar a Integridade a Lealdade e a Ética nos serviços, agindo de forma discreta e reservada, zelando pelos bens que lhe são confiados. Devem ainda agir de forma solidária e cooperativa com vista a promover a qualidade dos nossos serviços, bem como a qualidade de vida dos nossos clientes. Para tal é necessário agir com Motivação, trabalhar em equipa, sentindo orgulho de pertencer a esta instituição.

Enumeram-se, sumariamente, as principais áreas de intervenção que estão a ser desenvolvidas nesta IPSS:

- (a) *Formação Profissional:* Pretende preparar os jovens que a frequentam, qualificando-os para o exercício de atividades com vista à sua integração no mercado de trabalho. Existem neste momento duas formações a decorrer com 10 formandos cada, nas áreas de Serviços Sociais á Comunidade e jardinagem e Silvicultura.

(b) *Empresa de Inserção*: Empresa que presta serviços no âmbito da jardinagem e limpeza, que tem como objetivos:

- O combate à pobreza e à exclusão social através da inserção ou reintegrações profissionais;

- A aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma atividade;

- A criação de postos de trabalho, a satisfação de necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado e a promoção do desenvolvimento sócio-local.

(c) *Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)*: É uma resposta social destinada a pessoas com deficiência, severa e profunda, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva ou integração imediata no mercado de trabalho. Tem como função principal a ocupação e desenvolvimento das capacidades dos utentes através da realização de atividades socialmente úteis e ocupacionais; experiências sócio-profissionais; o apoio técnico permanente nos planos físico, psíquico e social e a participação em ações culturais, gímnodesportivas e recreativas com vista a otimizar as suas potencialidades.

(d) *Projetos Futuros*: Em fase de construção, encontram-se as futuras instalações do Lar Residencial com capacidade para 24 clientes e duas Residências Autónomas para 10 clientes. Encontra-se aprovado para construção de raiz de um novo Centro de Atividades Ocupacionais para mais 30 clientes.

Capítulo II – Metodologia de Investigação

Neste capítulo pretende-se apresentar o objeto de estudo, objetivos específicos e as questões da investigação. Justifica-se a opção metodológica em função dos objetivos de investigação, o critério de escolha dos participantes e uma breve caracterização da mesma, a escolha do instrumento para a recolha de dados e os vários momentos do processo de construção do instrumento para a recolha dos dados. Apresentam-se e discutem-se os resultados da investigação e tiram-se as principais conclusões do estudo e suas implicações para a investigação e intervenção psicológica comunitária.

1. Objeto e objetivos de Investigação

O **objeto** deste estudo é compreender a importância das IPSS, a partir de um estudo caso, na Sociedade Civil Portuguesa e as vantagens advindas de se ser beneficiário da intervenção das mesmas. Para nos aproximarmos a este objeto, vamos-nos focalizar no estudo de caso, o estudo de uma IPSS, “Portas Para a Vida”, que trabalha na área da Deficiência ou incapacitação.

1.1. Objetivos Específicos da Investigação

- Ψ Conhecer e descrever a história da IPSS, APPV.
- Ψ Identificar qual o papel que esta IPSS presta à comunidade local através das vozes e narrativas de grupos chave da instituição: Pais, Utentes, Técnicos e Direção.
- Ψ Perceber o que mudou na vida dos utentes e seus familiares desde que passaram a frequentar a instituição, de que modo ocorreram as mudanças e quais são as expectativas para o futuro.
- Ψ Perceber o quão importante é para os quatro grupos (utentes, pais, técnicos e direção) a existência e funcionamento da IPSS APPV.

2. Questões de Investigação

- Ψ De que forma a intervenção desenvolvida pela IPSS APPV contribuiu para o desenvolvimento geral da população utilizadora, em termos de integração social e do reconhecimento comunitário dos seus direitos à diferença?

- Ψ Qual o significado e relevância do trabalho desenvolvido pela IPSS, APPV, durante estes anos de funcionamento, teve nos seus utentes, familiares, técnicos e direção?

3. *Caraterização da investigação*

Esta investigação, com um cariz eminentemente exploratório, recorreu a métodos de investigação qualitativa, não só porque são especialmente adequados na exploração de questões que se referem ao significado das experiências, mas também bem ao conhecimento da complexidade do comportamento humano” (Darlington, 2002). Efetivamente os métodos qualitativos são métodos das ciências humanas que pesquisam, explicitam, analisam fenómenos (visíveis ou ocultos) que “...por essência não são passíveis de serem medidos (uma crença, uma representação, um estilo pessoal de relação com o outro, uma estratégia face a um problema, um procedimento de decisão...), eles possuem as características específicas dos «factos humanos»” (Holanda, 2006, pág. 363).

Em consonância com Flick & Steinke (2000; cit. in Günther, 2006), a abordagem qualitativa assenta em alguns pressupostos, nomeadamente que a realidade social seja vista como construção e atribuição social de significados; que as condições objetivas de vida se tornam relevantes por meio de significados subjetivos; que o carácter comunicativo da realidade social permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais se constitua como o ponto de partida da pesquisa; que seja particularmente enfatizado o carácter processual, o significado, a interpretação da realidade humana subjetivante e a reflexão.

Cumprе salientar que investigação qualitativa trabalha dados não estruturados, tem uma abordagem indutiva, é orientada para a descoberta, visa uma perspetiva integradora, conhecer e descrever factos, fenómenos ou comportamentos e compreender e explicar esses factos, fenómenos ou comportamentos, enfatizando descrição e a categorização (Martins & Theóphilo, 2007).

Relativamente ao *design* a presente investigação enquadra-se numa abordagem fenomenológica, uma vez que se pretende descrever as experiências vividas por vários sujeitos face a um conceito ou a um fenómeno, procurando alcançar o sentido da experiência, explorar o seu significado individual, procurando a partir deste derivar significados gerais ou universais: as “essências” ou estruturas das experiências, a

“estrutura essencial”, os elementos “invariantes” do fenómeno, ou seja o seu significado central” (Holanda, 2006).

É justamente neste contexto que o método fenomenológico se constitui “...numa abordagem descritiva, partindo da ideia de que se pode deixar o fenómeno falar por si, com o objetivo de alcançar o sentido da experiência, ou seja, o que a experiência significa para as pessoas que tiveram a experiência em questão e que estão portanto, aptas a dar uma descrição compreensiva desta” (Holanda, 2006, pág. 371).

4. Participantes do estudo

No sentido de contextualizar a amostra cumpre salientar que nos estudos qualitativos, é interrogado um número limitado de pessoas, não se colocando por isso a questão da representatividade, no sentido estatístico do termo (Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J. P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P, 2005). Neste contexto, “O critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objetivos da investigação, tomando como princípio a diversificação das pessoas interrogadas e garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida. Nesta ótica, os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu carácter exemplar.” (Albarello et al., 2005, p. 103). É justamente neste contexto que os critérios de seleção amostral deverão permitir uma solução de consenso entre a abordagem ampla de um tema, aliada à profundidade das análises efetuadas (Flick, 1998).

Concretamente, este é um estudo eminentemente exploratório. A amostra de conveniência era constituída por 7 participantes: dois do grupo dos utentes, dois do grupo dos familiares dos utentes, dois do grupo dos técnicos e um elemento da direção da IPSS APPV: o diretor atual.

5. Processo de Escolha dos Participantes

A escolha dos participantes prende-se com o objetivo de obter um feedback de cada um dos grupos envolvidos no projeto, envolvendo, também, desta forma, os dois principais contextos de desenvolvimento do grupo alvo (Grupo dos Utentes), obtendo informação acerca do seu desenvolvimento, transformações, competências adquiridas, limitações superadas e níveis de independência e autonomia por duas vias, a dos Técnicos e Direção e a dos Encarregados de Educação. Para além de que, este projeto

não seria possível sem a envolvimento destes quatro diferentes grupos, pelo que fazia todo o sentido uma aproximação junto destes para obtenção de informação pertinente e *feedback*. Neste sentido, definiram-se os quatro grupos: Grupo dos Utentes, Grupo dos Encarregados de Educação, Grupo dos Técnicos e Grupo da Direção.

- *Utentes*: Dadas as dificuldades a nível da Linguagem e da Memória de alguns utentes, escolheram-se dois participantes, no Grupo dos Utentes, que apresentassem competências nestas duas áreas, no sentido de ser viável a realização da Entrevista Semi-Estruturada. Ambos os utentes entrevistados são do sexo masculino, maiores de idade e portadores de Deficiências Mentais Ligeira e Moderadas, respetivamente. Frequentam a instituição há mais ou menos oito anos. Conseguem manter uma conversa de forma eficaz e recordar-se, *à posteriori*, o que não acontece com outros utentes. Por este fato, são amigos e apreciam o fato de se conseguirem relacionar de melhor forma um com o outro do que com outros utentes, em consequência de perturbações do traço mnésico e da Linguagem.

- *Encarregados de Educação*: Um dos encarregados de educação entrevistado é uma irmã mais velha de um dos utentes que assume esta responsabilidade por incapacidade e idade avançada dos Pais. Desenvolve ocupação profissional num Lar de Idosos como Auxiliar. A outra encarregada de educação entrevistada é mãe de uma utente e trabalha na IPSS APPV, exercendo funções de secretariado. Foi um dos Encarregados de Educação Fundadores e acompanhou, de perto, o nascimento e desenvolvimento da IPSS APPV.

- *Técnicos*: Uma das Técnicas é formada na área de Psicologia Clínica e da Saúde, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. A outra Técnica entrevistada é formada na área do Serviço Social.

- *Direção*: Só existe um elemento da direção, pelo que só foi possível entrevistas este único elemento representante do Grupo da Direção. Este elemento é do sexo masculino. Foi Docente durante muitos anos e, agora, encontra-se à frente da Direção da IPSS APPV.

6. Processo e instrumentos de Recolha de Dados

A entrevista semi-diretiva configurou-se como a técnica de eleição no contexto da presente investigação, uma vez que permite analisar o sentido que os atores dão às

suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêm confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc, no contexto da análise de um problema específico permite aceder aos dados do problema, aos pontos de vista presentes, o que está em jogo, os sistemas de relações, o funcionamento de uma organização, etc., a reconstituição de um processo de ação, de experiências ou de acontecimentos do passado (Quivy & Campenhoudt, 2005).

Contrariamente ao inquérito por questionário, a entrevista caracteriza-se por um contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores e por uma fraca diretividade por parte daquele, distinguindo-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana (trata-se de uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências ao passo que através das suas perguntas abertas e das suas reações, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objetivos da investigação e permita que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade), que sendo corretamente valorizados (verbal e não-verbal), permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e variados. (Quivy & Campenhoudt, 2005).

No sentido de operacionalizar a entrevista semi-diretiva, procedeu-se à criação de um guião de entrevista (Anexo1), intencionalmente construída no âmbito desta investigação, para cada um dos grupos definidos: Utentes, Familiares dos Utentes, Técnicos da Instituição e Direção da Instituição, na qual foram formuladas questões de resposta aberta, agregadas em dimensões, por referência aos objetivos e questões de investigação. No intuito de validar a qualidade do guião construído (a nível da compreensão das questões e/ou emergência de novas questões), foi realizada uma entrevista exploratória na sequência da qual aquele foi reformulado.

Tabela 4 – Processo de realização da investigação.

1º Momento	Preparação da Experiência da Ação: observação em contexto, iniciada em (Julho e Agosto de 2011)
2º Momento	Preparação da Ação a Curto-Prazo: elaboração dos instrumentos para a recolha dos dados – guiões de entrevista semi-estruturados para cada sub-grupo, e validação das mesmas, realizadas em Novembro de 2011.
3º Momento	Ação – realização individualizadas das entrevistas semi-estruturadas a) com dois Utentes da Portas Para a Vida (Janeiro de 2012) b) com dois Pais ou significativos dos dois utentes entrevistados (Janeiro de 2012) c) com dois técnicos da IPSS, Portas Para a Vida (Janeiro de 2012) d) com um elemento da Direção da IPSS, Portas P'ra Vida (Janeiro de 2012)

7. Tratamento e Análise de Dados

As entrevistas realizadas individualmente com cada um dos dois elementos dos quatro grupos foram gravadas em áudio e, de seguida, transcritas. Foram analisadas e devolvidas aos sujeitos, no sentido de poderem ser validadas pelos mesmos. Após a validação, foi feita uma análise de conteúdo das mesmas através do *software* QSR NVivo 7.0, onde se categorizou e subcategorizou os discursos dos entrevistados.

Neste contexto, os objetivos e as questões de investigação orientaram a análise, tendo-se procedido não só à interpretação de significados e signos expressos nas entrevistas, mas também aos traços comuns e às diferenças entre entrevistas, salvaguardando a contextualidade como fio condutor da análise.

A informação foi agregada mediante a criação de categorias, sendo as mesmas subdivididas de uma forma hierárquica, sempre que se considerou pertinente, encontrando-se representadas de uma forma esquemática (Anexo 2).

Depois do que foi dito facilmente se conclui que a reflexão contínua, a capacidade de interpretação, compreensão e inferência assumiram particular relevo no contexto da análise dos dados. Conclui-se portanto que a presente investigação se configura como um ato subjetivo de construção e que a compreensão se constitui como princípio do conhecimento, o que se encontra em consonância com as asserções de

Flick & col., 2000; cit. in Günther, 2006). É justamente neste contexto que se poderá dizer que “...a ciência do ser humano e da sua vida mental consiste num esforço concomitante de explicar e de compreender. Mais enfaticamente a explicação e a compreensão dependem uma da outra, são impossíveis uma sem a outra” (Günther, 2006, pág. 207).

Capítulo III – Apresentação e Discussão dos resultados

Através da organização da informação com o *software* QSR NVivo7 (International, 2006), foi possível obter uma lista extensa da frequência de todas as palavras encontradas nas transcrições das sete entrevistas realizadas. Fez-se uma seleção da qual resultou uma lista mais pequena de palavras que, se considerou serem as mais significativas para o presente estudo (*vide in* Anexo III). Ainda, esquematizaram-se as catorze categorias de análise e respetiva definição (*vide in* Tabela 5), na qual se pode fazer uma leitura integrativa das referidas categorias que serão alvo de análise de conteúdo aprofundado, de seguida. Foram, ainda, construídas Árvore para cada grupo, onde constam as categorias de análise das quais tomam parte (Anexo II).

Tabela 5 – Categorias de análise e sua definição.

CATEGORIAS	DEFINIÇÃO
1ª Categoria - História da APPV	História, Nascimento, Exploração da Necessidade
2ª Categoria - Significados associados à existência e funcionamento da APPV	Nível Pessoal, Nível Profissional, Nível Social
3ª Categoria - Limitações e Potencialidades da IPSS APPV	Limitações/Constrangimentos, Recursos, Potencialidades, Conquistas, Trabalho Desenvolvido
4ª Categoria - Papel da IPSS APPV na Comunidade	Acompanhamento, Intervenção, Apoio, Formação, Domínios de Qualidade de Vida
5ª Categoria - Estado Evolutivo dos Utentes	Evolução, Mudança, Aquisição de Competências, Manutenção e otimização de Competências, Plano Individual de Atividades
6ª Categoria - Motivos envolvidos na tomada de decisão dos encarregados de educação para a integração dos seus encarregandos no Projeto da APPV	Procura de Escola, Procura de Espaço de Aprendizagem e Desenvolvimento, Satisfação, Projeto Pessoal de Desenvolvimento, Oportunidades, Participação
7ª Categoria - Principais transformações dos utentes pós-inclusão da APPV	Transformações, Conquistas, Competências, Desenvolvimento
8ª Categoria - : Desenvolvimento de Esferas Pessoais dos Utentes	Desenvolvimento, Relações interpessoais, Emoção e Afetividade
9ª Categoria - Competências Adquiridas pelos Utentes	Aquisição de Competências
10ª Categoria - Principais Limitações Superadas pelos Utentes	Progressos, Barreiras e Superação, Reabilitação, Funcionalidade
11ª Categoria - Grau de Satisfação com APPV	Satisfação, Serviços, Gratificação Pessoal

12ª Categoria - Importância das IPSS, em particular da APPV	Importância da existência e funcionamento da APPV, enquanto resposta social
13ª Categoria - Projetos e Expetativas Futuros	Projetos Futuros, Expetativas, Projetos em Desenvolvimento
14ª Categoria - Recursos disponíveis e Constrangimentos	Recursos, Constrangimentos, Trabalho Desenvolvido

1ª Categoria - História da APPV

O representante da direção revela que a IPSS APPV nasceu pela necessidade de prestar apoio humano e integração social a jovens com dificuldades físicas e mentais.

“Pela necessidade de prestar apoio humano e integração social a jovens com dificuldades físicas e mentais.”

2ª Categoria - Significados associados à existência e funcionamento da APPV

2.1. Direção

A *nível profissional*, a direção encara a instituição como uma possibilidade de abrir portas a novos profissionais através da realização de estágios e da oferta de emprego.

“Dá possibilidade de abrir portas a novos profissionais através de estágios e dar emprego.”

A *nível pessoal*, é para a direção muito gratificante poder fazer os utentes mais felizes e proporcionar-lhes uma melhor e maior qualidade de vida. O elemento da direção participante conclui, ainda que, o desafio de criar e gerir um projeto desta dimensão o tornou interativo na resolução de problemas.

“É gratificante poder fazer os clientes mais felizes e com melhor qualidade de vida.”

“Ser interativo na resolução de problemas.”

A *nível social*, a instituição é vista como uma forma ativa de tornar a sociedade um espaço mais justo e equitativo. Ainda, o elemento da direção participante afirma ter um sentimento de corresponsabilidade para com a temática do apoio à deficiência que se abrange a outras instituições que trabalham a temática e não só aquela que dirige, num sentido global da problemática, num sentido de responsabilidade social.

“Ser corresponsável com as instituições no apoio à deficiência.”

2.2. Técnicos da IPSS

A *nível pessoal* os técnicos sentem-se privilegiados por trabalhar na área da multideficiência, encarando a deficiência com muita naturalidade, tendo alguns, uma vasta experiência familiar, anterior ao trabalho na instituição.

“Sou ainda mais feliz, mais resiliente e mais otimista e isso reflete-se na relação com os outros. Em relação ao mundo social mais realista e consciente que as mudanças são poucas.”

“Sem dúvida que trabalhar nesta área me tem permitido crescer enquanto pessoa e enquanto profissional. Mais do que a gratificação monetária é o reconhecimento e a valorização do nosso trabalho, pelos clientes e significativo que dá motivação para continuar.”

“A forma como encaro a deficiência em nada mudou, sempre a encarei com bastante naturalidade. Trata-se de uma realidade muito próxima com a qual interajo à muitos anos dentro do meu seio familiar.”

Verifica-se, ainda, que se sentem, na vida e nas relações, mais otimistas, mais felizes e resilientes.

A *nível social* consideram que a deficiência não constitui um fator causal linear das limitações da atividade e das restrições ao nível da participação, mas antes uma das componentes que, em interação com outras, pode provocar impactos ao nível da funcionalidade do indivíduo. O que é fator de preocupação e trabalho.

“Considero que a deficiência não constitui um fator causal linear das limitações da atividade e das restrições ao nível da participação, mas antes uma das componentes que, em interação com outras, pode provocar impactos ao nível da funcionalidade do indivíduo.”

A *nível profissional* sentem que o trabalho desenvolvido na APPV permite-lhes o contacto com diferentes realidades e problemáticas sociais que nem sempre estão associadas à deficiência com as quais não comunicariam de outra forma.

Consideram-se socialmente mais conscientes e, ao mesmo tempo, sentem que a mudança social é lenta, sendo que as mudanças, num nível quantitativo, são manifestamente poucas.

“Trabalhar na APPV tem vindo a permitir-me o contacto com diferentes realidades e problemáticas sociais que nem sempre estão associadas à deficiência.”

3ª Categoria - Limitações e Potencialidades da IPSS APPV

3.1. Direção

A direção qualifica o trabalho da instituição como um trabalho de dedicação, empenho e vontade de fazer mais e melhor. Sendo que as limitações financeiras causam alguns constrangimentos, sentindo-se a necessidade real da existência de mais colaboradores.

“As limitações financeiras causam alguns constrangimentos e precisamos de mais colaboradores.”

3.2. Técnicos

Os Técnicos gostariam de dispor de mais recursos económicos para desenvolver projetos e promover atividades mais diversificadas e mais enriquecedoras para os utentes. Embora, sintam que conseguem proporcionar-lhes um grande leque de oportunidades e experiências às quais estes não teriam acesso de outra forma.

“Recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos e atividades.”

“Dentro das nossas possibilidades conseguimos garantir um leque diversificado de atividades e serviços aos nossos clientes. Contudo, como é óbvio, um maior número de recursos disponíveis para desenvolver a nossa intervenção, sobretudo ao nível dos recursos humanos e equipamentos informáticos e de reabilitação, permitiria a melhoria dos nossos serviços.”

4ª Categoria - Papel da IPSS APPV na Comunidade

4.1. Benefícios do seu Funcionamento

4.1.1 Técnicos

Os Técnicos veem na APPV uma resposta social para o concelho de Lamego, que está ao serviço do concelho, fazendo, também, parte do trabalho da APPV fazer o maior número de parcerias possíveis com entidades e instituições locais, no sentido de conseguir providenciar mais oportunidades e uma maior diversificação de contextos de desenvolvimento aos seus utentes.

“É uma resposta social para o concelho, ao serviço do concelho. As parcerias estabelecidas são benéficas para ambas as partes.”

Acrescem, ainda, os resultados do trabalho realizado dentro dos domínios da Qualidade de Vida como as relações interpessoais, a autodeterminação, o bem-estar emocional, físico e material, através de medidas diversificadas no âmbito a empregabilidade, cidadania e direitos, da prevenção, reabilitação médico-funcional, educação especial, reabilitação psicossocial, apoio sociofamiliar, acessibilidade, ajudas técnicas, cultura, desporto, recreação entre outras.

O trabalho desenvolvido pela APPV têm vindo a permitir proporcionar diversas atividades e o contacto com outras realidades a algumas pessoas com deficiência e incapacidade, sendo que a sua maioria é proveniente do concelho onde se situa.

“O meu trabalho e o trabalho desenvolvido pela APPV têm vindo a permitir proporcionar diversas atividades e o contacto com outras realidades a algumas pessoas com deficiência e incapacidade, sendo que a sua maioria é proveniente do concelho de Lamego.”

O trabalho realizado pela APPV permite acompanhar algumas famílias com diversas problemáticas e, desta forma, prestar-lhes apoio psicossocial e encaminhamento para outras entidades. Embora os Técnicos não considerem esta a solução ideal, não conseguem, de momento, dar resposta a todas as solicitações, sendo que a existência de mais recursos humanos poderia permitir a realização deste trabalho psicossocial.

“Têm permitido acompanhar algumas famílias com diversas problemáticas e desta forma prestar-lhes algum apoio psicossocial. Não é o ideal, porque de momento não conseguimos garantir resposta a todas as solicitações.”

4.1.2 – Direção

Além de acompanhar, apoiar, formar e ensinar os utentes, a APPV é considerada por todos os seus colaboradores como uma escola que forma os seus utentes a nível humano e social.

“Além de acompanhar, apoiar, formar e ensinar os clientes, é uma ESCOLA que forma humana e socialmente.”

4.1.3 Encarregados de Educação

Para os Encarregados de Educação, a APPV tem um papel muito importante nas suas e nas vidas dos seus encarregandos, no sentido em que lhes proporciona experiências e aprendizagens que estes não conseguiriam proporcionar, só por si, em

casa, sem outras fontes e recursos de estimulação. Salientando-se o papel de contexto de socialização.

“A socialização é muito importante para ela. Estar em contato com colegas, outras pessoas, conhecer outras coisas. Porque os pais só por si não conseguem dar, não é?”

5ª Categoria - Estado Evolutivo dos Utentes

5.1. Encarregados de Educação e Familiares

Consideram que os seus encarregados têm apresentado uma evolução positiva com a qual estão satisfeitos e que se reflete a nível da dinâmica familiar e nas expectativas futuras, bem como lhes permite um sentimento de confiança e segurança em relação ao futuro, no sentido, em que sentem que estão a promover o desenvolvimento da autonomia e da independência dos seus filhos e a prepará-los de forma segura para uma vida, onde eles poderão não estar presentes. Sendo que, deste modo, o estado evolutivo positivo manifestado pelos filhos vem apaziguar a preocupação em relação ao futuro, sendo que este futuro, fonte de preocupação, pode ser entendido como um futuro no qual os Pais não poderão estar presentes.

“Sim mudou muito, porque ele sempre foi uma pessoa muito nervosa... E, a partir do momento em que entrou para a instituição, tem um temperamento mais lento, está mais calmo. Porque ele, ao sentir-se mais calmo não se tornava tão conflituoso... Por exemplo, às vezes, uma pessoa dizia-lhe algo que não fosse tanto do agrado dele e ele começava logo a reagir mal... E, agora, em casa, é mais fácil.”

” Portanto, sim, nessa revolta de não ter para onde ir, isso terminou. Solucionou-se! Porque ela sabe que às nove horas ou às oito e meia vem como toda a gente. Já não é problema para ela...”

“Os meus Pais preocupam-se muito! Preocupam-se muito com isso. Porque é assim, vou deixar o meu filho e não é só um filho... É um filho com deficiência... Que não pode fazer nada sozinho.”

5.2. Técnicos

Os Técnicos apontam como principais competências adquiridas: as Competências Pessoais, as Competências Sociais, as Competências Cognitivas e as Competências Funcionais.

“Pessoais, sociais, cognitivas, funcionais.”

Os Técnicos apontam ainda como principais áreas mais desenvolvidas pelos utentes, as seguintes: Área Social, Área Emocional/Afetiva, Área da Realização Pessoal. Sendo que, em todas as atividades programadas e desenvolvidas, estas áreas estão interligadas na medida em que existe um plano que é construído com os utentes e significativos, quer formalmente ou informalmente, que tem em conta os seus interesses e necessidades.

Os Técnicos consideram que os utentes têm vindo a evoluir, tendo em conta as suas dificuldades e limitações e a natureza inalterável de algumas delas, e continuam a superar as barreiras físicas e mentais existentes.

“Continuam a superar as barreiras físicas e mentais existentes.”

6ª Categoria - Motivos envolvidos na tomada de decisão dos encarregados de educação para a integração dos seus encarregandos no Projeto da APPV

Os encarregados de educação identificam a opção realizada por uma instituição como a APPV com a procura que qualquer Pai faz por uma escola para o seu filho/a, no sentido de procurar um local de desenvolvimento e aprendizagem, onde este possa ser estimulado e trabalhado da melhor forma possível, com a diferença de que é mais difícil e revestido de mais barreiras, a todos os níveis. Primeiro porque enquanto os seus filhos não atingem a maioridade e estão em idade escolar é difícil encontrar uma escola recetiva e preparada para trabalhar as suas limitações e saber lidar com elas. Por outro lado, e, apesar, da política de inclusão, quer os Pais quer os filhos não se sentem inclusos numa escola normativa. Acresce, ainda que, muitas vezes, os próprios Pais não se sentem preparados para gerir todos os desafios educativos que surgem. Nesse sentido, procurar ajuda não é um processo fácil, pelo que encaram como uma reviravolta nas suas vidas, a entrada dos seus filhos na APPV.

Enquanto um dos encarregados de educação entrevistado tinha possibilidades financeiras de abdicar de uma ocupação profissional e ficar em casa a tomar conta do seu encarregando, afirma ter consciência que isso por si só, não iria ser o melhor desenlace para o desenvolvimento saudável do seu encarregando, dada a importância da socialização do desenvolvimento do mesmo.

“Se a Catarina não se sentisse revoltada por estar em casa comigo não precisaria, mas como ela precisa de estar inserida num grupo, o trabalho que aqui é desenvolvido é muito importante.”

“Por mais conforto que se tenha, nós queremos sempre mais como pais. Nunca devemos estar satisfeitos com aquilo que podemos dar. Então, fui à procura de outra instituição, antes desta, e que foi valiosa, porque o desenvolvimento da Catarina... Faz-se sempre... Pronto, no meu caso é uma filha. Faz-se sempre... É sempre feito de uma maneira diferente, de uma melhor forma, estando inserida num grupo...A socialização é muito importante para ela. Estar em contato com colegas, outras pessoas, conhecer outras coisas. Porque os pais só por si não conseguem dar, não é? Pronto, o motivo foi esse, mesmo só esse.”

Outra realidade que é comum a muitos dos utentes e que é descrita pelo outro elemento representante dos encarregados de educação entrevistados, é a idade avançada de muitos dos Pais dos utentes, sendo frequente, como o é neste caso, a passagem desta responsabilidade de se ser encarregado de educação, para os irmãos mais velhos dos utentes, isto porque os Pais não se sentem capazes quer a nível físico quer a nível psicológico de educar os seus filhos em casa, sendo a inclusão na instituição a melhor resposta para as necessidades de ambos, Pais e filhos.

“O primeiro motivo, o mais forte deles todos, foi, sem dúvida, o fato de os meus Pais não poderem estar com o Bruno em casa. Porque é difícil ter uma pessoa assim, porque ele não andava, não anda sozinho e é complicado para eles, uma vez que são idosos, tê-lo em casa o dia inteiro.”

Os motivos envolvidos na tomada de decisão são essencialmente: a procurar de um local de desenvolvimento, aprendizagem e socialização para os filhos; a procura de ajuda especializada para lidar com a deficiência; a procura de um contexto de oportunidades que a família não seria capaz de fornecer; o estimular do sentido de competência e o desenvolvimento da independência e sentido de autonomia.

“Olhe, o motivo é sempre, quando nós andamos ali meio perdidos. É sempre, como qualquer Pai que procura a escola para o seu filho se formar, nós procuramos alguma coisa para o nosso filho não ficar entre quatro paredes. Porque se ele ficar entre quatro paredes é sempre a pior versão, mesmo que essas quatro paredes sejam forradas a veludo.”

7ª Categoria - Principais transformações dos utentes pós-inclusão da APPV

7.1. Encarregados de Educação

Os encarregados de educação identificam como maior transformação nos seus filhos, pós inclusão na APPV, a mudança no seu temperamento, a facilidade sentida em lidar com eles. Atribuem esta mudança temperamental à socialização feita na instituição, algo que a instituição foi capaz de lhes proporcionar, enquanto que os Pais,

em casa, não eram capazes de o fazer, por razões óbvias, uma vez que não conviviam com pares. Nesse sentido, a inserção num grupo, repercutiu-se de forma significativa a nível comportamental, a nível emocional e psicológico. Contribuindo para o sentimento de bem-estar físico e psicológico geral, ou seja, para a sua satisfação e gratificação pessoal, para a sua felicidade.

“Sim mudou muito, porque ele sempre foi uma pessoa muito nervosa... E, a partir do momento em que entrou para a instituição, tem um temperamento mais lento, está mais calmo. Porque ele, ao sentir-se mais calmo não se tornava tão conflituoso...Por exemplo, às vezes, uma pessoa dizia-lhe algo que não fosse tanto do agrado dele e ele começava logo a reagir mal...”

A frustração dos utentes por estarem confinados em casa, antes de frequentarem a instituição é também comum, sendo fonte de angústia para os Pais e Encarregados de Educação e familiares, em geral.

“Era difícil no sentido em que ela se sentia revoltada, em casa, sem escola, sem emprego, vendo as outras pessoas e conhecidos a andar na escola ou a trabalhar e o Pai era Professor e dava aulas numa escola e ela também queria ir para lá. Era muito difícil lidar com esta revolta dela.”

As aprendizagens realizadas alteraram, também, o nível de funcionalidade dos utentes, tornando-os mais independentes e autónomos, algo que também é sentido pelos Pais e Encarregados de Educação, bem como mais competentes a nível social.

“Começou a praticar desporto, coisa que ele não praticava quando estava em casa, antes de entrar. Trabalhos manuais, chega até a fazer pinturas que ele gosta muito. Quadros. Já chegou a fazer arraiolos, não sozinho, mas com ajuda de alguém...Frequenta a piscina... O Complexo Desportivo.”

7.2. Técnicos

A integração na APPV prevê um programa de acolhimento onde constam os objetivos, atividades e o enquadramento nos diferentes serviços a prestar, visando sobretudo a adaptação do utente aos espaços, colaboradores, outros clientes, rotina institucional e intervenções. Posteriormente, com base nos resultados obtidos no acolhimento e no levantamento das necessidades, potenciais e expetativas iniciais do utente, realizado através de instrumentos formais e entrevistas com o cliente e significativos, é elaborado um Plano Individual.

No Plano Individual são definidos objetivos que têm em conta os domínios associados ao Modelo de Qualidade de Vida (Bio-psico-social) e que se enquadram

sobretudo nos domínios do Desenvolvimento Pessoal, Bem-estar e Inclusão Social. Este Plano Individual é sujeito a uma avaliação bimestral e tendo em conta os resultados obtidos são delineados novos objetivos e intervenções. Por outro lado as necessidades, potenciais e expectativas dos utentes são alteráveis e por conseguinte pode verificar-se a necessidade de reajustar os objetivos ou estratégias utilizadas.

Atendendo às suas idiossincrasias após a integração dos clientes não se identifica a aquisição de competências a curto prazo, contudo a médio e longo prazo, verifica-se o desenvolvimento de algumas competências a nível pessoal e social.

No decurso do processo de integração nas diferentes atividades/projetos os objetivos propostos propomos vão sendo cumpridos e isso reflete-se ao nível das competências pessoais, sociais, cognitivas e funcionais que os utentes vão adquirindo e ou otimizando. Para cada utente o plano de desenvolvimento é traçado tendo em conta as suas necessidades e interesses e dos significativos, como tal as “transformações” diferem. Em comum, os Técnicos evidenciam o sentimento de felicidade evidenciado pelos utentes de forma crescente, pós-inclusão, decorrente de um ajuste e adaptação saudáveis num meio que lhes permite experiências, a todos os níveis, que não eram, anteriormente, possíveis no seio da sociedade pouco preparada para a diferença.

“A integração na APPV prevê um programa de acolhimento onde constam os objetivos, atividades e o enquadramento nos diferentes serviços a prestar, visando sobretudo a adaptação do cliente aos espaços, colaboradores, outros clientes, rotina institucional e intervenções. Posteriormente, necessidades, potenciais e expectativas iniciais do cliente, é elaborado um Plano Individual.”

“Para cada cliente o plano de desenvolvimento é traçado tendo em conta as suas e dos significativos necessidades e interesses, como tal as “transformações” diferem. Em comum posso evidenciar a felicidade.”

7.3. Utes

Os utentes referem como principais e decisivas transformações, as mudanças verificadas a nível interpessoal e de satisfação e gratificação pessoal sentidas após inclusão na APPV que, contrastam com todas as suas experiências vida até então. Definindo, mesmo, como um corte, uma rutura, um momento de transição nas suas vidas, a entrada na APPV, a partir do qual, tudo mudou, num sentido positivo e progressivo.

“Tenho mais amigos agora. Sim. Mais agora do que da Escola Pública...”

“Na Escola Pública, não tinha vontade de falar... Tinha mais vontade de falar com as empregadas. Quando vim para aqui isso mudou.”

“Tenho mais, sem dúvida! Aqui tenho mais. Quando estava em casa, também tinha amigos, mas não os via com tanta frequência. Convivo muito mais, com pessoas diferentes...”

8ª Categoria -: Desenvolvimento de Esferas Pessoais dos Utentes

8.1. Técnicos

Na elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual, os Técnicos privilegiam as atividades que se desenvolvam em diferentes contextos. Estes diferentes contextos proporcionam o estabelecimento de relações interpessoais quer entre grupo institucional (pares, colaboradores, técnicos), quer com a comunidade onde decorrem as atividades, proporcionando, também, o contacto com mercado de trabalho, para os utentes que realizam atividades em contexto real de trabalho, proporcionam a utilização dos serviços e recursos da comunidade.

No Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), verifica-se sobretudo uma maior socialização dentro da instituição e uma maior integração em diversas estruturas e atividades da comunidade (museu, teatro, piscina, ginástica, supermercados, etc.).

“Há uma maior socialização dentro da instituição e uma maior integração em diversas estruturas e atividades da comunidade (museu, teatro, piscina, ginástica, supermercados, etc.).”

Na Formação Profissional, os formandos têm sobretudo a oportunidade de contactar e experienciar com diversos contextos de trabalho (jardinagem, limpezas, cozinha, lavandaria, receção).

“Têm sobretudo a oportunidade de contactar e experienciar com diversos contextos de trabalho (jardinagem, limpezas, cozinha, lavandaria, receção).”

9ª Categoria - Competências Adquiridas pelos Utentes

9.1. Técnicos

Em geral e como resultado do trabalho desenvolvido no sentido da aquisição e manutenção de competências, os utentes adquirem, sobretudo, competências *pessoais, sociais, cognitivas e funcionais*.

“Pessoais, sociais, cognitivas, funcionais.”

No CAO, os utentes realizam diversas atividades ocupacionais, consideradas socialmente úteis, que promovem o desenvolvimento pessoal e social e, ainda, a reabilitação, visando a aquisição e manutenção de competências pessoais e sociais.

Na formação profissional objetiva-se a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais necessárias para o desempenho de uma atividade profissional futura, o que nos tem vindo a permitir o desenvolvimento da autonomia dos formandos e a integração de jovens no mercado de trabalho.

“Realizam atividades ocupacionais, socialmente úteis, de desenvolvimento pessoal e social e de reabilitação, que visam a aquisição e manutenção de competências pessoais e sociais.”

“Objetiva-se a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais necessárias para o desempenho de uma atividade profissional futura.”

9.2 Encarregados de Educação

Os encarregados de educação apontam como principais competências adquiridas: as Competências Sociais, as Competências Pessoais e as Competências Funcionais.

“Está mais solto. Não anda sozinho, sem amparo, um toque no braço para ele sentir segurança, mas está muito melhor e já exerce a mão.”

“Sim mudou muito, porque ele sempre foi uma pessoa muito nervosa... E, a partir do momento em que entrou para a instituição, tem um temperamento mais lento, está mais calmo. Porque ele, ao sentir-se mais calmo não se tornava tão conflituoso... Por exemplo, às vezes, uma pessoa dizia-lhe algo que não fosse tanto do agrado dele e ele começava logo a reagir mal...”

“Mais desenvolvido. Principalmente, a nível da locomoção. Nos membros inferiores e superiores, também! Ele, agora, a comer, já pega num guardanapo, já se limpa, coisa que ele não se limpava. Mesmo em questões de higiene, é mais autónomo. Mesmo no banho, quando lhe estou a dar banho, ele nunca se importava de agarrar na esponja e lavar-se, era eu que fazia tudo, agora já não, pega na esponja, lava-se ele nas pernas, no meio das pernas, vai até aos ouvidos e ajuda. Agora tem mais autonomia sobre o corpo dele. No geral, desenvolveu muito. Seria difícil imaginar a vida do Bruno sem a instituição.”

“Para ela a diferença foi mesmo responder à necessidade de convívio e contato com os outros, que em casa não era respondida. De resto, ela sempre teve essas competências sociais, pois foi sempre assim, desde pequena.”

10ª Categoria - Principais Limitações Superadas pelos Utentes

10.1. Técnicos

Os Técnicos revelam que as várias intervenções e atividades expostas no Plano Individual de cada utente abrangem os vários domínios da Qualidade de Vida, objetivando a aquisição e otimização de competências e a minimização dos efeitos consequentes da deficiência, sobretudo ao nível da autonomia pessoal, da comunicação, socialização, autoestima, motivação e aprendizagem e/ou reaprendizagem das condições necessárias à sua plena participação. Sendo que, nesse sentido, e como resultado desse trabalho, os utentes têm vindo a superar barreiras físicas e mentais ao seu desenvolvimento.

“Continuam a superar as barreiras físicas e mentais existentes.”

“As atividades e intervenções expostas em cada plano individual do cliente são desenvolvidas de acordo com os objetivos delineados. Os objetivos são traçados com base no diagnóstico do cliente que é elaborado em articulação com o cliente e significativos e que integra as necessidades, potenciais e expectativas do cliente e significativos. “

“Dentro dos domínios da Qualidade de Vida são trabalhados aspetos como as relações interpessoais, a autodeterminação, o bem-estar emocional, físico e material, através de medidas diversificadas no âmbito a empregabilidade, cidadania e direitos, da prevenção, reabilitação médico-funcional, educação especial, reabilitação psicossocial, apoio sociofamiliar, acessibilidade, ajudas técnicas, cultura, desporto, recreação entre outras.”

“Em todas as atividades que vão sendo programadas e desenvolvidas, mesmo sendo específicas para um objetivo, estas áreas estão interligadas na medida em que existe um plano que é construído com os clientes e significativos, quer formalmente ou informalmente, que tem em conta os seus interesses e necessidades.”

11ª Categoria - Grau de Satisfação com APPV

11.1. Satisfação da Direção com o Trabalho Desenvolvido

A direção sente-se muito satisfeita com o trabalho desenvolvido. Considerando que existe uma grande dedicação, empenho e vontade de fazer mais e melhor por parte de todos os colaboradores e membros da instituição.

“Muito satisfeito. Há dedicação, empenho e vontade de fazer mais e melhor. As limitações financeiras causam alguns constrangimentos e precisamos de mais colaboradores.”

11.2. Satisfação e Gratificação Pessoal dos Técnicos

Os Técnicos sentem que trabalhar nesta área lhes permite, não só, crescer enquanto profissional, mas enquanto pessoa. Sentem-se satisfeitos com o trabalho desenvolvido, sendo que mais do que a gratificação monetária é, para eles mais importante, o reconhecimento e a valorização do seu trabalho, através do feedback dos utentes e seus significativo, o que confere uma grande fonte de motivação para dar continuidade ao trabalho desenvolvido e à missão da instituição.

“Sem dúvida que trabalhar nesta área me tem permitido crescer enquanto pessoa e enquanto profissional. Mais do que a gratificação monetária é o reconhecimento e a valorização do nosso trabalho, pelos clientes e significativos.”

11.3. Satisfação Dos Encarregados de Educação com os Serviços Prestados

Em comum, os encarregados de educação afirmam que estão satisfeitos com os serviços prestados e com a correção de todos os colaboradores da instituição. Sendo que, um dos encarregados entrevistados, refere que para trabalhar com pessoas com deficiência, mais do que formação é necessário ser capaz de criar empatia com esta população e saber gerir as suas emoções instáveis e as suas respostas comportamentais de forma eficaz, considerando esta, uma característica mais humana do que técnica. Nesse sentido, consideram que todos os colaboradores possuem essa característica chave: técnicos ou não.

Ainda, e, apesar de se sentirem muito satisfeitos com os serviços da APPV, consideram que, nem sempre, os Técnicos que vêm das suas formações académicas estão preparados para a realidade de trabalhar com cidadãos portadores de deficiência e incapacidade.

“Sim, sim. Não temos nada a apontar.”

“Sim, sinto. No entanto, acho que precisávamos que os Técnicos que vêm da faculdade viessem mais preparados para lidar com esta população, porque sinto que, a maior parte dos técnicos estão muito vocacionados para o trabalho com crianças e quando chegam aqui precisam de algum tempo para se adaptarem.”

“Penso que nem todas as pessoas seriam capazes de o fazer, porque não é fácil para toda a gente dedicar-se a pessoas com deficiência, não é? Eles precisam, para além de muita atenção, pessoas que, não digo especializadas, mas que tenham queda para certas circunstâncias porque nunca sabem como reagem, e é complicado trabalhar com uma pessoa assim.”

11.4.Satisfação dos Utentes

Em geral, os utentes sentem-se mais felizes desde que entraram na instituição, sendo um fator comum o desenvolvimento de mais relacionamentos interpessoais, em comparação com os desenvolvidos quando estavam inseridos em escolas públicas normativas. Outro fator comum com atribuição positiva é a diversidade das relações que desenvolvem na instituição, não só com pares, outros utentes e colegas, mas com os Técnicos, os Funcionários e os diferentes Colaboradores, relações que são referidas com satisfação por parte dos utentes. Um dos utentes refere mesmo que, quando frequentava a escola pública não tinha vontade de falar com os colegas, nem com os professores, falando somente com as funcionárias da escola, junto das quais passava os seus intervalos, refugiado. Nesse sentido, foi para ele uma libertação a entrada na instituição, no sentido em que conseguiu efetivamente integrar-se e sentir-se à vontade, pela primeira vez, fato que influencia de forma significativa o seu bem-estar físico e psicológico geral, sendo uma das mudanças mais importantes para a sua vida, desde que entrou para a instituição que frequenta há oito anos.

“Sim. Mais agora do que da Escola Pública... Na Escola Pública, não tinha vontade de falar... Tinha mais vontade de falar com as empregadas. Quando vim para aqui isso mudou.”

Os utentes sentem-se satisfeitos com as relações criadas na instituição, com as atividades que nela praticam, tendo preferências, com as aprendizagens realizadas e com as oportunidades que a instituição lhes proporciona às quais não teriam acesso de outra forma.

“Gosto, muito! Vai fazer oito anos que anos, em junho.”

“Tenho mais, sem dúvida! Aqui tenho mais. Quando estava em casa, também tinha amigos, mas não os via com tanta frequência. Convivo muito mais, com pessoas diferentes...”

“Gosto. Seja o que for, gosto de estar com eles. Aqui temos mais oportunidades. Temos a natação, temos uma equipa de Futsal. Temos várias atividades!”

“Natação e Futsal.”

“Pesquisar na internet sobre carros e músicas.”

É comum, ainda, o sentimento manifesto de não gostarem de estar de férias, pois sentem-se afastados de uma rotina ativa e planeada, junto dos colegas e de todos os colaboradores da instituição, uma vez que, em casa se sentem mais isolados, não

podendo dar continuidade aos contatos que tinham diariamente com os colegas em tempo de aulas. O seu dia-à-dia em casa não, por outro lado, tão atrativo e dinâmico, acabando por se sentir sem nada para fazer, o que causa um sentimento de vazio. Sentindo saudades da instituição, sempre que estão de férias.

“Sim. E dos Doutores, também. E tenho saudade do meu melhor amigo que é o Filipe. Porque... Acompanha... É assim, ele não tem nenhum feitiço... Ele gosta de cativar os amigos. Ele é uma pessoa excelente. E tem boa memória, os outros não. Ele percebe e eu também percebo. O Filipe, gosto dele, porque é um bom amigo. Gosto mais de estar aqui.”

“Não gosto de estar de férias. Gosto de estar aqui. Desde que esteja aqui. Prefiro estar cá do que estar de férias. Tenho mais amigos, mais colegas, falo com os funcionários... Com todos!”

12ª Categoria - Importância das IPSS, em particular da APPV

12.1. Técnicos

Os Técnicos consideram que o seu trabalho e o trabalho desenvolvido pela APPV tem vindo a permitir proporcionar diversas atividades e o contacto com outras realidades a algumas pessoas com deficiência e incapacidade. Têm permitido acompanhar algumas famílias com diversas problemáticas e desta forma prestar-lhes algum apoio psicossocial e encaminhamento para outras entidades.

Os Técnicos consideram que a frequência na APPV é fundamental para a aquisição e manutenção de competência sem a qual imaginam um retrocesso no desenvolvimento dos utentes.

“Tendo em conta o contexto socio familiar da maioria dos clientes considero que lhes conseguimos proporcionar uma maior diversidade de experiencias e dar uma resposta mais adequada ao nível das suas especificidades.”

“Para muitos clientes a frequência na APPV é fundamental para a aquisição e manutenção de competências. Sem ela imagino, sobretudo, um retrocesso no seu desenvolvimento.”

12.2. Encarregados de Educação e Familiares

Os encarregados de educação consideram o trabalho da APPV determinante para as vidas dos seus encarregandos, influenciando, consequentemente a dinâmica e o ambiente familiar.

“É, assim, o trabalho é importantíssimo, o trabalho do grupo técnico O trabalho do grupo técnico desta casa é importantíssimo para esta gente toda que dele necessita. Há muitas famílias que necessitam de nós, os utentes são felizes aqui e encontraram aqui uma casa.”

“É muito importante! É muito bom, muito importante, é grato! Penso que nem todas as pessoas seriam capazes de o fazer, porque não é fácil para toda a gente dedicar-se a pessoas com deficiência, não é”

“Sim mudou muito, porque ele sempre foi uma pessoa muito nervosa... E, a partir do momento em que entrou para a instituição, tem um temperamento mais lento, está mais calmo. Porque ele, ao sentir-se mais calmo não se tornava tão conflituoso...”

Não conseguem imaginar uma realidade sem os serviços prestados pela instituição, embora que por motivos diferentes. Em comum existe a necessidade de os seus encarregandos terem oportunidade de conviver com pares, de estabelecer e manter relações interpessoais para além das familiares, de realizarem aprendizagens que no sentido de se tornarem mais capazes, mais independentes e mais hábeis a superar as suas limitações.

“Ia ser muito complicado, uma vez que, aqui na região, não existe mais nenhuma instituição deste género, e, em casa, é complicado. E depois teríamos medo que ele regredisse...”

Por outro lado, enquanto existem famílias que teriam condições físicas e financeiras de educar os filhos em casa, na eventualidade de um fecho da instituição, há outras famílias que não o poderiam fazer, por motivos vários (por os pais estarem envelhecidos, por os irmãos terem necessidade de trabalhar, não podendo abdicar do seu posto de trabalho, entre outros).

“Se a Catarina não se sentisse revoltada por estar em casa comigo não precisaria, mas como ela precisa de estar inserida num grupo, o trabalho que aqui é desenvolvido é muito importante.”

12.3. Utentes

A satisfação e gratificação pessoal, o sentimento de indústria e capacidade, o sentimento de utilidade e de sentido/razão de viver, de forma adaptada e funcional que, os utentes encontraram após inclusão na instituição reflete-se na sua felicidade e nas atribuições que fazem à instituição. O estar na instituição é para eles mais importante do que um observador possa imaginar, no entanto, percebe-se que o seu sentido/razão de viver passa por frequentar a instituição a que chamam de “escola”. Sendo, portanto, algo que valorizam e a que atribuem o sentido da sua vida e realização, sendo um dos

contextos mais importantes das suas vidas. É o contexto que faz a diferença. Um contexto facilitador, embora, desafiante, onde realizam aprendizagens, onde se sentem bem, adaptados e úteis e onde cultivam relações significativas e diversificadas a nível interpessoal.

“Na Escola Pública, não tinha vontade de falar... Tinha mais vontade de falar com as empregadas. Quando vim para aqui isso mudou.”

“Não gosto de estar de férias. Gosto de estar aqui. Desde que esteja aqui. Prefiro estar cá do que estar de férias. Tenho mais amigos, mais colegas, falo com os funcionários... Com todos!”

“E tenho o meu melhor amigo que é o Filipe. Porque... Acompanha... É assim, ele não tem nenhum feitiço... Ele gosta de cativar os amigos. Ele é uma pessoa excelente. E tem boa memória, os outros não. Ele percebe e eu também percebo. O Filipe, gosto dele, porque é um bom amigo. Gosto mais de estar aqui.”

Nem por isso...Em casa não falo. É assim, quando estiver com o meu irmão falo. Gosto mais de estar aqui.”

“Gosto. Gosto de ir à piscina, eh... Mais? Também vamos ao teatro, ao Museu. Gosto de ver as peças que os atores fazem! Gosto de ver assim ao vivo. Mas na televisão não. É aborrecido. Ao vivo, sinto-me mais atraído para ver.”

“Gosto de ir para os computadores. Adoro. Gosto muito, sim. Gosto de ir à internet. Gosto de fazer muitas pesquisas! Por exemplo, carros!”

“Gosto. Seja o que for, gosto de estar com eles. Aqui temos mais oportunidades. Temos a natação, temos uma equipa de Futsal. Temos várias atividades!”

Quando é pedido que imaginem a impossibilidade de não voltarem a frequentar a instituição, descrevem o que sentiriam com as palavras: “tristeza”, “desilusão”, “desapontamento”, “vazio”. Sendo perceptível a importância que atribuem à instituição APPV, nas suas vidas.

“Triste...Porque para mim e para as outras pessoas que vêm é bom por estar cá. Têm formação, têm CAO, têm tudo! Temos atividades, temos piscina... Aprender a nadar, também. Eu já sei nadar! Gosto muito de nadar e pesquisar na internet.”

“Como é que me sentia? Sei lá, desiludido, aborrecido. Sem nada para fazer.”

12.4. Direção

Para a direção, a instituição é importante porque consiste numa luta constante por uma sociedade mais justa e equitativa

“Tornar a sociedade mais justa e equitativa.”

13ª Categoria - Projetos e Expetativas Futuros

13.1. Direção

A APVV tem sempre, por base, o objetivo de oferecer aos seus clientes uma maior qualidade de vida. Neste sentido, está a construir um Lar Residencial e duas Residências Autónomas. Para além do Projeto do Lar Residencial, vai candidatar-se á construção de um novo CAO, no sentido de integrar os seus clientes na comunidade.

“Quer dar aos clientes uma maior qualidade de vida. Construir um Lar Residencial e duas Residências autónomas, vai candidatar-se á construção de um CAO. Integrar os seus clientes na comunidade.”

13.2. Técnicos

Dependendo de cada utente, das barreiras e facilitadores que existem, o trabalho realizado é sempre no sentido da aquisição, otimização de competências, o que consequentemente vai aumentar o grau de autonomia de cada um.

No entanto, s Técnicos consideram que, atendendo à faixa etária dos utentes, torna-se mais difícil desenvolver ou adquirir novas competências. Situando a sua intervenção, sobretudo, na manutenção de competências já adquiridas, evitando a sua perda com o avançar da idade. Por outro lado, para os utentes mais jovens perspetivam a otimização das suas competências pessoas e sociais.

“Atendendo à faixa etária dos clientes, torna-se mais difícil desenvolver ou adquirir novas competências. A nossa intervenção será sobretudo manter as competências já adquiridas e evitar a sua perda com o avançar da idade.”

“Claro que para os mais jovens perspetivo a otimização das suas competências pessoas e sociais.”

A opinião dos técnicos acerca do nível de independência dos utentes é clara, a maioria é dependente e necessitará sempre de orientação e supervisão nas suas atividades. Apesar de alguns apresentarem uma maior autonomia necessitarão sempre de algum apoio e orientação pontuais. Sendo o lar residencial, uma resposta social de extrema necessidade para esta população.

“A maioria dos clientes é dependente e necessitarão sempre de orientação e supervisão nas suas atividades. Alguns apresentam uma maior autonomia, contudo, necessitaram sempre de algum apoio e orientação pontuais.”

13.3. Encarregados de Educação

Os encarregados de educação sentem-se apaziguados com a criação do Lar Residencial e têm os seus filhos inscritos, mesmo antes de este estar em funcionamento.

Esta é uma resposta da instituição que vem ao encontro de uma das preocupações centrais destes encarregados de educação.

No entanto, existe outra necessidade que não está, ainda, respondida, a integração no mercado de trabalho, dos utentes que têm formação e capacidade para tal. Não existe abertura por parte das empresas, nem legislação que acompanhe e permita esta integração. Considerando, um dos encarregados de educação participante, que há, ainda, muito trabalho a ser feito nesse sentido e que não depende só da APPV.

“É assim, quanto ao Lar, vai ser bom, não é? Ele já está inscrito. Porque os irmãos, no futuro, não vão poder ficar a tomar conta dele. E os Pais não duram para sempre. É a opção mais certa. Os meus Pais preocupam-se muito! Preocupam-se muito com isso. Porque é assim, vou deixar o meu filho e não é só um filho... É um filho com deficiência... Que não pode fazer nada sozinho.”

14ª Categoria - Recursos disponíveis e Constrangimentos

14.1. Direção

Apesar das dificuldades financeiras, a Associação Portas P'ra Vida continua a sua missão de prestar serviço à comunidade.

Para além das dificuldades financeiras, existe uma dificuldade real e, talvez, de mais difícil resolução que se prende com a integração social dos utentes no mercado de trabalho, onde ainda não existe uma grande permeabilidade social no nosso país.

“Apesar das dificuldades financeiras, a Associação Portas P'ra Vida continua a sua missão de prestar serviço de à comunidade. Também dificuldade em integra-los, após a formação, no mercado de trabalho.”

14.2. Técnicos

Os Técnicos consideram que, dentro das possibilidades da instituição, conseguem garantir uma grande diversidade de atividades e serviços aos seus utentes. Contudo, ter um maior número de recursos disponíveis para desenvolver o seu trabalho era uma mais-valia desejada, principalmente ao nível dos recursos humanos e equipamentos informáticos e de reabilitação, uma vez que iria permitir a melhoria dos serviços da APPV. Ainda, gostariam de poder atuar de forma mais concertada junto das famílias que exibem diversas problemáticas e carências de diferente natureza, de as poderem acompanhar e de lhe prestar apoio psicossocial, encaminhando-as, quando necessário, para outras entidades.

“Dentro das nossas possibilidades conseguimos garantir um leque diversificado de atividades e serviços aos nossos clientes. Contudo, como é óbvio, um maior número de recursos disponíveis para desenvolver a nossa intervenção, sobretudo ao nível dos recursos humanos e equipamentos informáticos e de reabilitação, permitiria a melhoria dos nossos serviços.”

“Recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos e atividades.”

Capítulo IV - Discussão de Resultados à Luz da Literatura

O Conselho da União Europeia, na Resolução de 20 de Dezembro de 1996, pede aos estados membros o seguinte:

1 – Que as políticas nacionais tomem em consideração, em particular, os cidadãos portadores de deficiências com o objetivo de promover a sua participação na sociedade, incluindo, os cidadãos portadores de deficiências severas, atentando para as necessidades e interesses das suas famílias e cuidadores, impulsionando os cidadãos com deficiência a participar total e plenamente na sociedade, através da remoção das barreiras que impossibilitam essa participação (Teixeira, Gonçalves, & Menezes, 2009).

A Empresa de Inserção Social da IPSS APPV, procura promover a participação total e plena dos seus utentes, cidadãos com deficiência, na sociedade, através da integração no mercado de trabalho. No entanto, atualmente, existem muitas barreiras a impossibilitar esta integração social de cidadãos portadores de deficiência com formação e treino profissional, em diferentes áreas (a Jardinagem, a Receção), no mercado de trabalho. A perceção da Direção, nesta matéria, é de que é difícil fazer esta transição, da instituição para o mercado de trabalho. Os Encarregados de Educação sentem que não existem leis que apoiem e orientem esta integração no mercado de trabalho, não existindo, permeabilidade dos mercados aos cidadãos portadores de deficiência. Sentem que a legislação pouco evoluiu nesse sentido.

Os Técnicos têm a perceção de que a mudança social é lenta e pouco eficaz, no que toca às políticas de empoderamento e integração social de cidadãos portadores de deficiência. Como barreiras ao desenvolvimento do seu trabalho e, consequentemente, ao desenvolvimento dos utentes, os Técnico identificam, ainda, a falta de recursos humanos, a falta de equipamento informático e a falta de equipamento de reabilitação, sem o qual não é possível realizar um trabalho concertado e proporcionar um maior número de contextos de desenvolvimento aos seus utentes.

Encontra-se, também, comprometida, deste modo, observando os resultados obtidos a partir dos vários atores sociais, que a acessibilidade dos utentes aos contextos sociais e de oportunidades.

Estes resultados comprovam que as diretrizes da União Europeia não se verificam, no terreno, dada a existência de inúmeras barreiras à participação total e plena de cidadãos portadores de deficiência existentes no seio da nossa sociedade.

2 – Que promovam o envolvimento dos representantes dos cidadãos com deficiência na implementação e seguimento de políticas relevantes e ações em seu favor (Teixeira et al., 2009).

Os Encarregados de Educação entrevistados sentem que há poucas respostas sociais para os cidadãos portadores de deficiência, não existindo, deste modo, possibilidade de escolha. Caso a IPSS APPV fechasse, por algum motivo, os utentes da instituição não teriam outra resposta social no Concelho de Lamego. O que demonstra a dificuldade inerente ao processo de procura de um local de desenvolvimento e aprendizagem, ao longo da vida, que os Encarregados de Educação destes utentes enfrentaram até se ter criado a IPSS APPV. Sendo que o intercâmbio que existe entre Encarregados de Educação e a instituição consiste na única forma de envolvimento destes representantes dos cidadãos com deficiência na sociedade. Não se verifica a existência de uma participação e envolvimento destes representantes nas políticas relevantes e apoiantes ao cidadão com deficiência.

Por outro lado, e dado que a maior parte das IPSS existentes em Portugal surgiram da iniciativa civil, verifica-se que, foi através do esforço e luta de conjuntos de cidadãos conscientes que, muitas das mudanças sociais no campo da deficiência e reabilitação, se conquistaram, passo a passo, com dedicação, empenho e um forte sentido de resiliência. Mesmo apesar das barreiras à participação existentes. Nesse sentido, é de louvar a iniciativa civil que se tem verificado, em Portugal, no âmbito da criação e gestão de IPSS voltadas para as mais diversas áreas de atuação.

Os resultados mostram que os valores do empoderamento, apesar de estarem presentes nos discursos políticos acerca da deficiência, ambos, resultados e processos são objetivos para serem alcançados a diferentes níveis (individual, organizacional e comunitário), verificando-se que tal não é o caso, se considerarmos as práticas sociais e organizacionais que englobam os cidadãos portadores de deficiência, dada a ausência de estudos sobre processos de empoderamento e resultados no campo da reabilitação, em Portugal (Teixeira et al., 2009).

Uma maior produção científica nacional nas áreas da Psicologia Comunitária, Empoderamento e Reabilitação seriam uma mais-valia, no sentido de apoiar, não só os Técnicos que trabalham nas IPSS portuguesas, mas também no sentido de dar visibilidade ao trabalho comunitário que é realizado, apesar da existência de constrangimentos e limitações.

“De facto, a revisão da literatura revela que a incapacidade tem coexistido com pobreza, limitações nos direitos civis, discriminação, exclusão e desvalorização (Gilson & DePoy, 2002), sendo referido que as barreiras atitudinais são mais devastadoras que as barreiras estruturais ou a vivência da própria condição física (Dalal, 2006; Huang & Brittain, 2006).

No sentido de criar uma sociedade mais justa e equitativa é de extrema importância identificar as barreiras físicas, sociais e psicológicas que, ainda, fazem parte dos contextos envolventes, trabalho que iria ajudar, não só as pessoas portadores de deficiência como, também, os Técnicos que lidam com esses constrangimentos no desenvolvimento do seu trabalho com cidadãos portadores de deficiência, mas dando voz, também, aos representantes destes cidadãos, envolvendo todos os atores sociais na criação, implementação e seguimento de políticas sociais adequadas e justas que, compreendam o empoderamento e a participação de cidadãos com deficiência, no sentido de mudanças sociais e políticas. Esta necessidade é visível através dos resultados do presente estudo, quer pelo *feedback* dos Técnicos, da Direção da APPV, dos Encarregados de Educação, quer pelos Utentes. Segundo Loja, Costa, & Menezes, (2010), a incapacidade física ou mental, unicamente focalizada no indivíduo tem sido recentemente incluída no domínio da responsabilidade pública, sendo assumido que as necessidades das pessoas com deficiência ou incapacidade estão associadas à sua plena integração social e aos seus direitos civis, direitos esses que têm sido negados pelas barreiras e constrangimentos que a sociedade coloca a estes indivíduos. Assim sendo, o modelo sociopolítico assume como sendo os aspetos sociais e políticos a definirem a incapacidade e não os aspetos médicos, no sentido de se focalizar na necessidade premente de identificar e, sobretudo, eliminar as barreiras físicas, psicológicas e sociais que contribuem de forma determinante para a incapacitação destes indivíduos.

Acresce, ainda, que os Técnicos sentem a necessidade de fazer um acompanhamento psicossocial aprofundado e contínuo das famílias dos utentes e

realizar a ponte com outras entidades, sempre que necessário, trabalho que já feito, mas sempre de forma insuficiente, dados os constrangimentos sentidos a nível dos recursos. Esta necessidade prende-se com a urgência de várias problemáticas sentidas a nível do ambiente familiar destes utentes e que, a haver condições para este acompanhamento pleno, seria mais fácil dar continuidade ao projeto de promoção da Qualidade de Vida dos utentes e, conseqüentemente, à manutenção de um equilíbrio pessoal saudável e de um sentimento de bem-estar físico e psicológico geral. Uma vez que, a intervenção psicológica ocorreria em todos os contextos de vida dos utentes. Neste sentido, verifica-se que continuam a existir barreiras no acompanhamento psicossocial dos familiares e cuidadores de cidadãos com deficiência, contexto de vida onde emergem muitas problemáticas merecedoras de atenção e intervenção.

“Entre outras conquistas, a força deste movimento levou a que, em 2002, a União Europeia reconhecesse que a exclusão social das pessoas incapacitadas se deve a barreiras físicas e sociais e à discriminação (Priestley, 2002), surgindo a preocupação e a pressão internacional para que os países adoptassem políticas e legislação que conduzam à igualdade de direitos das pessoas incapacitadas” (Van Campen & Iedema, 2007; cit. in Loja et al., 2010, p. 3406).

Segundo Loja e colegas (2010, pág. 3406), este movimento de cidadania rumo á inclusão teve reflexo na legislação portuguesa que, *“por influência da União Europeia (e.g.: Recomendação 86/379/CEE), sofreu desenvolvimentos recentes em questões como a promoção de oportunidades na educação, na formação e no trabalho, a eliminação de barreiras que impedem a participação (Lei nº. 38/2004), a cidadania, o respeito pelos direitos humanos, a acessibilidade e a qualificação (PAIPD - 2006-2009), a acessibilidade a edifícios públicos e privados, ao espaço público, aos transportes e às tecnologias de informação (Decreto-Lei 163/2006; PNPA, 2007), e a proibição da discriminação (Lei nº. 46/2006).*

Todavia, estes recentes desenvolvimentos não são sentidos pelos Encarregados de Educação que consideram existir poucas respostas sociais para os cidadãos portadores de deficiência, o que compromete de forma significativa a sua participação na sociedade. Em particular, sentem ser difícil aceder a escolas públicas dispostas a receber os cidadãos portadores de deficiência, em idade escolar, o que não se coaduna com a política de promoção de oportunidades na educação. Por outro lado, e, apesar das políticas da escola inclusiva, os utentes referem, como fator comum, um sentimento de

inadaptação ao ensino público, significando-o como um local onde não criaram relações interpessoais, onde era possível o relacionamento com pares e onde não se sentiam ajustados e funcionais. Sendo que a passagem para a IPSS APPV é considerada como um marco de vida, a partir do qual sentiram satisfação e gratificação nas relações interpessoais, se sentiram adaptados, úteis e funcionais, contrastando com as experiências vividas na escola pública.

Segundo Loja e colegas (2010), a par dos avanços legislativos, é difícil encontrar estudos portugueses na área da incapacidade, existindo pouca investigação sobre a eficácia das medidas políticas em vigor nesta área, no sentido de uma inclusão social efetiva das pessoas com deficiência, em Portugal. Assim sendo, é difícil ter um *feedback* sério acerca da eficácia destas medidas, pelo que se verifica que não existe uma avaliação, no sentido de perceber qual é o *feedback* dos Técnicos, dos Representantes dos Cidadãos Portadores de Deficiência, dos Utentes e de outros atores sociais envolvidos.

“Um estudo português sobre qualidade de vida das pessoas incapacitadas (CRPG, ISCTE, 2007), com uma amostra de 15.005 sujeitos, chegou às seguintes conclusões: existem graves défices de qualidade de vida em dimensões como auto-determinação, desenvolvimento pessoal, bem-estar físico e material, direitos e inclusão social; e há marcadas desigualdades sociais no acesso à formação, trabalho e rendimento, que revelam sinais de discriminação e preconceito na sociedade portuguesa, os quais não são sentidos como tal pelas pessoas incapacitadas, indicando uma consciência social reduzida, por não verem a incapacidade como uma condição social, e um conformismo em relação à sua situação” (Loja et al. 2010; p.3406 e 3407).

Os resultados levantam, ainda, algumas questões acerca da escola inclusiva, dados os significados conotados de forma negativa em relação à frequência da escola pública quer pelos utentes entrevistados quer pelos encarregados de educação. Como sugere Soares (2011), a escola inclusiva está baseada na ideia de que a escola deve ser para todos os alunos, isto independentemente do sexo, cor, origem, religião, condição física, social ou intelectual. Sendo que no rumo da escola inclusiva é necessário que a escola, em si, valorize os seus conhecimentos e as suas práticas, vendo na diferença um desafio e, também, uma oportunidade para a criação de novas situações de aprendizagem, relacionando aquilo que impede a participação de todos, ainda, que se

disponibilizem no sentido de fazer uso dos recursos disponíveis e criar outros recursos, para alcançar uma linguagem acessível a todos. Neste sentido, é importante que a escola encare cada vez mais este desafio, que veja na deficiência ou incapacidade uma oportunidade para a inovação, para a criação de novos contextos de aprendizagem e desenvolvimento, onde cidadãos com deficiência, alunos com necessidades especiais, possam sentir-se inclusos na escola inclusiva, podendo, deste modo, significá-la como contexto positivo e gratificante.

Ainda segundo (Soares, 2011, pág. 9), “no sentido de resignificar a escola inclusa, é importante que a educação inclusiva não seja rotulada como uma educação que pressupõe baixas representações e expectativas relativamente aos alunos, pelo contrário, que seja uma educação significada como uma educação baseada na compreensão das situações estimulantes com graus de dificuldade e complexidade que desafiem e confrontem docentes e alunos, resultando em aprendizagens significativas, exercício que apela à criatividade e à ruptura com ideias pré-concebidas”. Apenas deste modo, se conseguirá alcançar a mudança social e permitir que os cidadãos portadores de deficiência possam viver as diferentes fases de vida, em idade escolar, até atingirem a maioridade, em espaços onde se sintam adaptados, inclusos, satisfeitos e não como eternos inadaptados até que são encaminhados para instituições como a APPV, após atingirem a maioridade, e onde encontram, finalmente algum sentido para as suas experiências de vida e projeto pessoal. Ou seja, é de extrema importância que o sentimento de satisfação, gratificação pessoal e felicidade que encontraram, tardiamente nas suas vidas, na instituição APPV, possa ser encontrado e experienciado ao longo do percurso escolar normativo, em idade escolar, através da implementação concertada dos princípios da Escola Inclusiva.

Para atingir a mudança social, segundo (Soares, 2011, pág. 9), “é imperativa a criação de espaços e momentos de reflexão/debate focados na problematização e clarificação concetual dos pressupostos e metodologias da inclusão. Partindo do princípio de que todas as crianças têm direito a serem educadas naquela que é definida como a escola regular, independentemente das suas problemáticas específicas. Tendo sempre em conta as capacidades, características e necessidades individuais, como caminho que permite a oportunidade de evolução a todas as crianças”.

Nesta demanda pela Escola Inclusiva é de salientar a importância do trabalho interdisciplinar que, em alguns países, como no Brasil, tem vindo a ser valorizado e reforçado através de novos programas e iniciativas de intervenção precoce “*no Estado de Santa Catarina, se organizou o SAEDE – Serviço de Atendimento Educacional Especializado, que foi buscar suas raízes epistemológicas na Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky (1991) para traçar metodologias, fazeres e entendimentos para a ação pedagógica interdisciplinar junto aos educandos com necessidades especiais.*” (Benedet & Lopes, 2010).

A inclusão escolar teve as suas origens no centro das pessoas em situação de deficiência e insere-se nos grandes movimentos contra a exclusão social. Nesse sentido, é importante que esta escola inclusa seja sentida pelos cidadãos com deficiência como verdadeiramente inclusiva e não exclusiva, como é o caso dos Utentes entrevistados neste estudo. “Uma vez que a escola atual parece estar longe de cumprir essas prerrogativas, o que implica a necessidade de percorrer, ainda, um grande caminho, nesse sentido. De mudar os princípios de ser e estar connosco próprios e com os outros, numa lógica de respeito, equidade e justiça social “ (Sanches & Teodoro, 2007, pág. 106). Esta temática é focada no presente estudo, em consequência dos resultados encontrados, e pretende, deste modo, fazer uma chamada de atenção para um tema que necessita de revisão e reflexão, no âmbito das grandes questões da educação, da intervenção precoce, da intervenção psicológica na incapacitação e no empoderamento de cidadãos com deficiência.

Sente-se, como necessário, repensar a escola, modificar a imagem de uma escola formatada para uma população que verifica os critérios da “normalidade” e salientar a importância de “*satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respetivas comunidades.*” (Sanches & Teodoro, 2007; p. 106 e 107). Não esquecendo o papel que a comunidade pode representar em todo este processo de construção de uma escola inclusa que se traduz numa sociedade mais justa e equitativa.

No entanto, e, apesar de existirem, ainda, muitas barreiras a serem eliminadas, não se pode negar que a visão da incapacidade, vista como uma condição imutável, na

qual o problema reside no indivíduo, tem vindo a dar lugar a uma visão que reconhece as barreiras físicas, psicológicas e sociais que são criadas pela sociedade e que vêm, deste modo, instalar o sentido de incapacidade. Considerando-se, ainda, que, em Portugal, estas evidências estão patentes na recente Lei 38/2004 que define as bases gerais do regime jurídico da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com Deficiência, percebida numa perspetiva funcionalista, da pessoa em interação com o meio. Deste modo, há uma mudança paradigmática, no sentido em que a pessoa é encarada numa lógica desenvolvimental e ecológica, onde se pode destacar o empoderamento, enquanto conceito multidimensional (individual organizacional e comunitário), como ferramenta principal da intervenção (Teixeira, 2012). Apesar da lentidão associada à mudança social, há que valorizar os pequenos progressos que vão sendo feitos, o que não nos impede de continuar a ter uma postura de consciência e responsabilidade social, chamando, sempre que necessário, a atenção para as barreiras à participação da pessoa portadora de deficiência.

A associação entre o empoderamento e a intervenção psicológica com pessoas com deficiência permitirá a e o reforço dessa associação permitirá a sistematização deste conhecimento como um contributo maior para a melhoria de novas políticas (Teixeira, 2012).

Capítulo V - Conclusões

“As deficiências podem ser parte ou uma expressão de uma condição de saúde, mas não indicam, necessariamente, a presença de uma doença ou que o indivíduo deva ser considerado doente.” (Organização Mundial de Saúde & Direção Geral de Saúde, 2004)

Contributos

Face à escassez de estudos sistematizados que salientem o papel que vêm assumindo a intervenção psicológica comunitária em Portugal em ordem ao empoderamento de grupos desfavorecidos na incapacidade e multideficiência, este estudo pretendeu ser um modesto contributo, abordando a importância das IPSS nacionais, em particular, a IPSS APPV que trabalha na área da incapacidade como constata Loja e colegas (2010), *“assiste-se no entanto à escassez de estudos portugueses na área da incapacidade, havendo assim pouca investigação sobre a eficácia das medidas e das políticas em vigor na efetiva inclusão social das pessoas incapacitadas em Portugal”* (pág. 3406).

Os resultados deste estudo apontam para os seguintes contributos que pretendemos salientar:

- a) As limitações a nível dos recursos com as quais as IPSS vivem e com as quais têm que lidar diariamente, no sentido de equilibrar a sua missão e objetivos com os recursos disponíveis e os constrangimentos daí advindos. Onde figuram a necessidade de mais recursos humanos, de mais equipamentos informáticos e mais equipamentos de reabilitação, sem os quais não conseguem proporcionar aos seus utentes as condições necessárias a um desenvolvimento pleno, coerente com as suas limitações a nível da participação, no sentido de superar limitações, adquirir, manter e otimizar competências. Ainda, acresce a responsabilidade atual das IPSS de saber viver com os recursos disponíveis, dada a crise económica instalada, apesar de se perceber que muito dificilmente as IPSS conseguirão alcançar a autonomia financeira total dos apoios públicos, mesmo sabendo-se que estes apoios não são suficientes para face às necessidades sociais às quais dão

resposta, o que, também não aproveitar de forma plena as potencialidades das IPSS (Branco, 2010).

- b) **A dificuldade de inserção dos utentes no mercado de trabalho**, sendo sentida como um processo revestido de barreiras e entraves, havendo a necessidade de otimizar a legislação, no sentido de existir uma maior permeabilidade dos mercados aos cidadãos com deficiência. Num estudo recente realizado em Portugal acerca da qualidade de vida revelava a existência de elevados níveis de discriminação na vivência das pessoas com incapacidade física, havendo 67,4% (n=145) dos sujeitos que relatam ter sido alvo de discriminação pelas pessoas ou sociedade, apontando a incapacidade como o principal motivo (49%, n=106), e em contextos tão importantes para a integração social como a escola (37.9%, n=53) e **o emprego** (33.1%, n=46) (Loja et al., 2010, pág. 340) reforçando a ideia de que o direito ao trabalho é um dos domínios avaliados na qualidade de vida, para todas as pessoas, com ou sem deficiência.
- c) **A conotação da escola pública como uma escola excludente**, onde os cidadãos com deficiência não encontram um espaço de inclusão, no qual é possível o sentimento de pertença, adaptação e funcionalidade. “Quando observada em questões de inclusão de pessoas incapacitadas, a prática escolar continua, salvaguardando algumas exceções, a reproduzir práticas excludentes” (Drago & Rodrigues, 2008, pág. 63)
- d) **A dificuldade inerente à procura de um espaço de desenvolvimento, aprendizagem e estimulação** por parte dos encarregados de educação e representativos dos cidadãos com deficiência, sendo que este processo é revestido de angústia e preocupação, onde são sentidas muitas barreiras à inclusão dos cidadãos com deficiência e que pode ser classificado como uma forma de exclusão social, dada a igualdade de direitos pressupostos para todas as crianças, à educação, o que mostra um afastamento da sociedade relativamente a este problema, sendo que este é um problema de vulnerabilidade social. O afastamento da sociedade contemporânea das propostas políticas de bem-estar proporciona situações de vulnerabilidade social que fragilizam a sociedade. Este tipo de vulnerabilidade provoca a

exclusão social (Castells, 1998; Lopes, 2006; Proença, 2005). Kowarick (2003) defende que o combate às situações de vulnerabilidade é uma função essencial do Estado, sendo os programas de intervenções intitulados de inclusão social.

- e) **A necessidade de realizar um acompanhamento psico-social junto das famílias e significativos** dos cidadãos com deficiência. Pelo papel essencial que desempenha na educação, formação e desenvolvimento dos seus indivíduos, especialistas advogam cada vez mais a família como um elemento fundamental em qualquer intervenção de cariz preventivo (Tolan, Gorman-Smith, & Henry, 2004). A família, constituindo-se como um contexto onde emergem problemáticas de natureza diversificadas, nem sempre diretamente associadas à deficiência, deve ser alvo de intervenção sempre que necessário. A família, como um sistema aberto, é altamente permeável às forças ambientais. No caso destas famílias com problemáticas de deficiência são altamente vulneráveis traduzindo-se muitas vezes no stress económico, da dependência de subsídios e apoios governamentais, no desemprego, no desinvestimento na educação e nas questões de saúde e higiene, bem como na falta de acesso a recursos (Nicholson et al., 2002; Thompson et al., 1993, *cit.* in Sampaio, 2011).
- f) **A evidência da necessidade de apoio às famílias para lidar com as questões relacionadas com a incapacidade:** as famílias sentem-se pouco preparadas para lidar com a incapacidade e quanto mais idosos são os encarregados de educação menos preparados se sentem, a todos os níveis, para lidar com as questões inerentes ao nível de incapacidade dos seus encarregandos, ocorrendo, mesmo, a passagem da responsabilidade, enquanto encarregados de educação, para outros filhos (Teixeira, 2012, pág. 271).
- g) **A necessidade maior de não encarar a deficiência como fator linear causal das limitações da atividade e participação,** mas antes uma das componentes que, em interação com outras, pode provocar impactos ao nível da funcionalidade do indivíduo, visão aliás, muito defendida, atualmente. No decorrer da segunda metade do século XX damos conta de uma transição que

deslocou o enfoque da deficiência para a incapacidade. Nesta transição, a incapacidade passou a ser o enfoque principal do problema segundo uma perspetiva interativa entre as características do Indivíduo e as características do ambiente em que este vive. Desta interação decorre o processo de incapacitação (Masala & Petretto, 2008; Teixeira, 2012; Verbrugge & Jette, 1994).

- h) **A importância da identificação das barreiras sociais, físicas e psicológicas à participação** de cidadãos com deficiência, nas diversas áreas dos domínios de qualidade de vida, no sentido de promover a participação e a cidadania. Constituindo esta necessidade real num dos grandes objetivos deste século, a par da luta eliminação de mitos e preconceitos enraizados na sociedade que, em si, constituem barreiras, muitas vezes intransponíveis para as pessoas com deficiência e que, apesar das suas limitações pretendem desempenhar um papel ativo na sociedade e que, dado panorama atual encontram como direitos vedados, o direito à segurança económica, aos serviços de apoio, ao emprego, à educação e participação social (Sá, 2012, pág. 1). Ainda, o princípio da participação e inclusão *“visa assegurar que as pessoas com deficiência tomem parte na sociedade em igualdade de condições com os outros: na vida política e pública (art. 29º), no trabalho (art. 27º), na educação (art. 24º) e nos sistemas de saúde (art. 25º), na família (art. 23º), na vida cultural, recreação, lazer e desporto (art. 30º) e na comunidade (art. 19º) (Sá, 2012, p. 14).*

Limitações

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a 7 elementos distribuídos pelos quatro grupos focalizados identificados (Direção, Técnicos, Encarregados de Educação e Utentes), no sentido de responder aos objetivos delineados para o estudo e de encontrar resultados exploratórios através da análise dos discursos dos participantes. Ainda que a amostra seja de conveniência e com um número reduzido de participantes, confrontamo-nos com algumas dificuldades na escolha dos utentes incapacitados participantes dadas as dificuldades a nível da linguagem e do traço mnésico que muitos deles manifestam. Também a idade avançada de muitos dos encarregados de educação e a sua indisponibilidade manifesta para participarem na entrevista condicionou o acesso

aos elementos pertencentes a este grupo (Encarregados de Educação). Para colmatar este facto convidaram-se outros familiares, que assumiam a responsabilidade de serem Encarregados de Educação, como foi o caso de um dos participantes.

O número reduzido de participantes entrevistados, torna este trabalho como eminentemente exploratório, assumindo-se como estudo de caso, não tendo qualquer pretensão de generalização dos resultados a outras IPSS nacionais que intervêm neste domínio da multideficiência e da incapacidade.

Implicações

Apesar das limitações apresentadas inerentes ao presente estudo, é possível afirmar, através dos resultados obtidos, a importância das IPSS que trabalham na área da multideficiência e da incapacidade, para a intervenção comunitária junto de grupos desfavorecidos, contexto de trabalho onde o empoderamento se mostra como determinante e imprescindível. Realça-se, deste modo, o papel do empoderamento dos cidadãos portadores de deficiência, como ponto de partida para uma maior participação na sociedade civil. Segundo Teixeira (2012), o conceito de empoderamento é advogado como essencial nos objetivos das intervenções de reabilitação por vários autores e movimentos sociais, não só através das práticas, como das políticas sociais. Reforçando a ideia de que o empoderamento é um conceito que assume várias formas e significados para diferentes pessoas e contextos, evoluindo em congruência com o *modelo bioecológico* de Bronfrenbrenner (1979; 2005), no sentido em que valoriza o processo de interação pessoa/contexto ao longo do tempo. Relevam-se ainda os efeitos positivos advindos do empoderamento na intervenção comunitária de grupos desfavorecidos: Ainda segundo (Teixeira, 2012, pág. 15), existem evidências empíricas dos efeitos positivos dessas intervenções, sendo possível a associação dos resultados do empoderamento com níveis mais elevados de motivação, desempenho, produtividade e coesão social. Reafirma-se, neste sentido, uma mudança de paradigma relativamente à pessoa com incapacidade, através do seu empoderamento: *“this reflects a paradigmatic shift from a focus on deficits and dependence toward an emphasis on assets and independence. Empowerment theory provides a useful framework for guiding our work as the field becomes more constituent based.”*(Zimmerman & Warschausky, 1998, pág.3).

As conclusões deste estudo alertam-nos para a importância que uma intervenção comunitária sistematizada e intencionalizada na, pela e com a comunidade poderá contribuir de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida do cidadão com deficiência/incapacidade, devolvendo à comunidade a corresponsabilidade de os cuidar e de os reconhecer como cidadãos de plenos direitos.

Partindo dos discursos dos vários intervenientes deste estudo foi possível perceber que a comunidade envolvente, ainda está impregnada de preconceitos e barreiras à participação, à acessibilidade, ao empoderamento dos cidadãos portadores de deficiência. Nesse sentido, é urgente realizarem-se ações de sensibilização de intervenção comunitária para uma efetiva inclusão social dos cidadãos portadores de deficiência. A este propósito refere Dias (2011), *“a inclusão social é, sem dúvida, um grande desafio da sociedade em geral, na esperança de um novo rumo que valorize uma sociedade mais justa e mais solidária, que garanta os direitos de todos os que dela fazem parte e onde todos possam viver e conviver independentemente das características pessoais de cada um. O sistema educativo tem um papel primordial na educação da sociedade e na promoção da inclusão social do cidadão com deficiência.”* (pág. 9).

Finalmente, no sentido de remover barreiras sociais à participação de cidadania da pessoa com deficiência, realça-se a importância da sua inserção no mercado de trabalho. Registe-se que nesta área específica há um longo percurso a realizar em termos de transformação das representações sociais dominantes, quer por parte dos empregadores quer da sociedade em geral: família, escola e comunidade de pertença. A escola deveria assumir um papel preponderante no desenvolvimento de competências específicas para preparar o do cidadão portador de deficiência para uma inserção no mercado de trabalho articulando-se com o tecido empresarial da comunidade, facilitando os esbatimentos de dificuldades e barreiras. Como refere Nogueira e Andrade (2007), para que o caminho da inclusão escolar não seja em vão e esta continue numa sociedade efetivamente inclusiva, é urgente que a escola promova uma real inserção dos alunos com deficiências no mercado de trabalho como cidadãos de plenos direitos.

Referências Bibliográficas

- Albarelo, L., Digneffe, F., Hiernaux, J. P., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. (2005). *Práticas e Métodos de investigação em Ciências Sociais*: Gradiva.
- Benedet, M. C., & Lopes, M. C. (2010). *A importância e significância do trabalho em equipe interdisciplinar na educação especial – SAEDE (Serviço de Atendimento Educacional Especializado)*. Paper presented at the XIII Congresso Estadual das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs).
- Borba, A. A., & Mata-Lima, H. (2011). Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serviço Social & Sociedade*(106), 219-240.
- Branco, G. C. d. C. (2010). *A Economia Social: Uma Resposta à Crise no Distrito de Castelo Branco*. Retrieved 25/06/2012. from http://www.gov-civil-castelobranco.pt/pdf/Destaques/a_economia_social.pdf.
- Darlington, Y., & Scott, D. (2002). *Qualitative research in practice: Stories from the field*. Australia: Alen & Unwin.
- Dias, L. P. F. (2011). *Relatório de estágio apresentado à Escola Superior de Educação de Bragança para a obtenção do Grau de Mestre em Educação Social*: Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Educação
- Drago, R., & Rodrigues, P. d. S. (2008). Diversidade e exclusão na escola: Em busca da inclusão. *Revista FACEVV* (1), 63-67.
- Fernandes, A. P. (2000). (Alguns) quadros teóricos da Psicologia Comunitária. *Análise Psicológica*, 2(XVIII), 225-230.
- Flick, U. (1998). *An introduction to qualitative research*. London: Sage Publications.
- Góis, C. W. d. L. (2003). Psicologia comunitária. *Universitas: Ciências da Saúde*, 1(2), 277-297.
- Gomes, A. M. d. A. (1999). Psicologia Comunitária: Uma Abordagem Conceitual. *Psicologia: Teoria e Prática*, 1(2), 71-79.
- Gonçalves, C. (2009a). Intervenção em Psicologia Comunitária. In *Unidade Curricular de Psicologia Comunitária*.

- Gonçalves, C. (2009b). Teoria e Metodologia do Empowerment. In *Unidade Curricular de Psicologia Comunitária*.
- Gonçalves, C. M. (2008). *Pais aflitos, filhos com futuro incerto? Um estudo sobre a influência das famílias na orientação vocacional dos filhos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- Günther, H. (2006). Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 201-210.
- Holanda, A. (2006). Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. *Análise Psicológica*, 3(XIV), 363-372.
- Instituto Nacional de Estatística, I. P. (2009). *Indicadores Sociais 2008*. Lisboa.
- International, Q. (2006). *NVivo 7 - Getting Started Guide*.
- Loja, E., Costa, E., & Menezes, I. (2010). *Participação de pessoas incapacitadas em associações: Lidar com ou lutar contra a discriminação?* Paper presented at the VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia.
- Lucas, F., & Pereira, H. (2009). Gestão das IPSS com valências diversificadas: Proposta de um modelo de referência de actuação estratégica dos dirigentes. Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém.
- Luís, J. (2007). A História das IPSS, em Portugal. Retrieved 7 de Janeiro de 2010, from <http://jornalpartilha.blogspot.com/2007/10/histria-das-ipsss-em-portugal.html>
- Lusa, A. (2009). Foram criadas 30 novas IPSS em Portugal em 2009. Retrieved 11-01-2010, from <http://www.ionline.pt/conteudo/39256-foram-criadas-30-novas-ipss-em-portugal-em-2009>
- Manteghi, D. (2010). How to Develop and Implement a University Course on Family Homelessness. Retrieved 05/02/2010, from <http://gozips.uakron.edu/~susan8/devparch/urie.jpg>
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- Menezes, I. (2010). *Intervenção Comunitária: Uma Perspetiva Psicológica* (2ª Edição ed.). Porto: Livpsic / Legis Editora.

- Menezes, I., Teixeira, P. M. & Fidalgo, M. (2007). Community psychology in Portugal: From "revolution" to empowered citizenship. In S. Reich, M. Riemer, I. Prilleltensky & M. Montero (Eds.), *International community psychology: History and theories* (pp. 317-334). Springer, New York.
- Organização Mundial de Saúde & Direção Geral de Saúde. (2004). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde* (A. Leitão, Trans.). Lisboa.
- Orford, J. (2008). *Community Psychology: Challenges, Controversies and Emerging Consensus*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Ornelas, J. (1997). Psicologia comunitária: Origens, fundamentos e áreas de intervenção. *Análise Psicológica*, 15(3), 375-388.
- Perkins, D. D., & Zimmerman, M. A. (1995). Empowerment theory, research, and application. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 569-579.
- Sá, O. d. (2012). *Direitos Esquecidos: Uma Análise de Experiências de Vida das Pessoas com Deficiência nas regiões do Porto, Lisboa e Algarve* Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Sampaio, A. P. d. S. (2011). *Os contributos da Psicologia Comunitária para o cumprimento de uma cultura de justiça: Implementação e avaliação de um projecto de empoderamento familiar*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação Universidade do Porto, Porto.
- Sanches, I., & Teodoro, A. (2007). Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo. *Revista Portuguesa de Educação*, 20(2), 105-149.
- Soares, T. D. d. S. (2011). *Olhares de três profissionais de educação especial perante o trabalho em contexto de unidade de apoio à multideficiência*. Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Lisboa.
- Solidariedade, C.-C. N. d. I. d. (2012). IPSS Filiadas por Distrito. Retrieved 01-07-2012, from http://novo.cnis.pt/index.php?ToDo=read_page_2&what=240

- Teixeira, P. M., Gonçalves, C. M., & Menezes, I. (2009). Community Psychology in Portugal: Evolution and Current Trends in Praxis and Research. *Forum Gemeindepsychologie*, (14)2.
- Teixeira, P. M. S. C. (2012). *Dispositivos de intervenção no domínio da Reabilitação: a promoção do empoderamento e da cidadania de pessoas incapacitadas em Portugal*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.
- Zimmerman, M. A. (1995). Psychological empowerment: Issues and illustrations. *American Journal of Community Psychology*, 23 (5).
- Zimmerman, M. A., Israel, B. A., Schulz, A., & Checkoway, B. (1992). Further Explorations in Empowerment Theory - An Empirical-Analysis of Psychological Empowerment. *American Journal of Community Psychology*, 20(6), 707-727.
- Zimmerman, M. A., & Warschausky, S. (1998). Empowerment theory for rehabilitation research: Conceptual and methodological issues. *Rehabilitation Psychology*, 43(1), 3-16.

Anexos

Anexo I - GUIÕES DE ENTREVISTA

Guião de Entrevista Semi-estruturado para os Técnicos

Perceber o que mudou na vida dos utentes e seus familiares desde que passaram a frequentar a instituição, de que modo ocorreram as mudanças e quais são as expectativas para o futuro. Estado Evolutivo dos Utentes

- 1 – Quais as principais transformações identificadas nos utentes pós inclusão na IPSS, Portas para a Vida?
- 2 – Que esferas vivenciais mais se desenvolveram?
- 3 – Que competências adquiriram?
- 4 – Que dificuldades e limitações superaram?
- 5 – De que forma o Plano de Atividades e Formação promoveu o desenvolvimento dos utentes nas várias áreas desenvolvimentais?
 - Área Social
 - Área Emocional/Afetiva
 - Área da Realização Pessoal
- 6 – Que expectativas tem acerca do futuro desenvolvimento dos utentes?
 - Do seu nível de competência?
 - Do seu nível de independência?

Identificar qual o papel que esta IPSS presta à comunidade local através das vozes e narrativas de grupos chave da instituição: Pais, utentes, equipa de colaboradores e Direção. Satisfação e Gratificação Pessoal dos Técnicos

- 1 – Encontra gratificação no trabalho que realiza na IPSS “Portas P’ra Vida”?

2 – Gostaria de ter acesso a mais recursos para a realização do seu trabalho?

Especifique, sinalize os mais relevantes.

3 – De que forma a convivência com os utentes da IPSS “Portas P’ra Vida” mudou a sua vida? A sua forma de ver o mundo social? As relações?

Perceber o quão importante é para os quatro grupos (utentes, pais, técnicos e direção) a existência e funcionamento da IPSS Portas P’ra Vida. Importância das IPSS, em particular, da IPSS “Portas P’ra Vida”

1 – Quão importante considera o seu trabalho, na IPSS “Portas P’ra Vida” na realidade social e económica do Concelho de Lamego?

3 – Como imaginaria a vida destes utentes se não tivessem a oportunidade de frequentar uma instituição como a “Portas P’ra Vida”?

Guião de Entrevista Semi-estruturado para os Encarregados de Educação

Perceber o que mudou na vida dos utentes e seus familiares desde que passaram a frequentar a instituição, de que modo ocorreram as mudanças e quais são as expectativas para o futuro.

- 1 – Qual (uais) o (s) motivo (s) que o(a) levou (varam) a avaliar a hipótese de o seu(sua) filho(a) frequentar a instituição?
- 2 – Quais as principais dificuldades que o seu (sua) filho(a) apresentava, a todos os níveis, antes de entrar na instituição?
- 3 – Sentia que era difícil para si relacionar-se com ele (a)?

Perceber o que mudou na vida dos utentes e seus familiares desde que passaram a frequentar a instituição, de que modo ocorreram as mudanças e quais são as expectativas para o futuro. Estado Evolutivo dos Educandos

- 1 – Quais as principais transformações que ocorreram pós inclusão na IPSS, Portas para a Vida, no comportamento do seu (sua) filho(a)?
- 2 - De que forma a frequência na instituição veio alterar a relação com o seu educando e o ambiente familiar?
- 3 – Que aspirações tem em relação ao futuro do(a) seu(sua) filho(a)?

Identificar qual o papel que esta IPSS presta à comunidade local através das vozes e narrativas de grupos chave da instituição: Pais, utentes, equipa de colaboradores e Direção. Satisfação e Gratificação com os Serviços da Instituição

- 1 – Sente-se satisfeito com os serviços da instituição?
- 2 – Quais os benefícios de o seu educando estar integrado num projeto como o da “Portas ’ra Vida”?

Perceber o quão importante é para os quatro grupos (utentes, pais, técnicos e direção) a existência e funcionamento da IPSS Portas P'ra Vida. Importância das IPSS, em particular, da IPSS “Portas P'ra Vida”

- 1 – Como vê o trabalho dos profissionais da “Portas P'ra Vida”? Na sua vida?
- 2 – Considera importante a existência de instituições como a “Portas P'ra Vida”?
- 3 – Se, por algum motivo, a instituição “Portas P'ra Vida” deixasse de estar em funcionamento, como perspetivaria a vida e o desenvolvimento do seu educando?
- 4 – Quão importante é para o seu educando, para si e para a sua família o trabalho desenvolvido pela instituição com o seu educando?
- 5 – Considera que o seu filho está, mais ou menos desenvolvido, mais ou menos independente, desde que frequenta a instituição?

Guião de Entrevista Semi-estruturado para os Utentes

- 1 - Gostas de estar na instituição?
- 2 - Tens muitos amigos na instituição?
- 3 - Tens mais ou menos amigos desde que frequentas a instituição?
- 4 - Gostas de estar com os teus colegas? Fazer atividades com eles?
- 5 - Que atividades fazes na instituição?
- 6 - De quais gostas mais?
- 7 - O que mais gostas de fazer quando estás em casa?
- 8 - Quando vais de férias tens saudades dos teus colegas e amigos? Professores e pessoal da instituição?
- 9 - Encontras os teus colegas fora da instituição?
- 10 - Se não pudesses vir à instituição como te sentirias?
- 11 – Quando chegas a casa, vindo/a da instituição, contas aos teus pais/familiares o teu dia?

Guião de Entrevista Semi-estruturado para a Direção

Conhecer e descrever a história da IPSS, Portas Para a Vida.

- 1 – Como nasceu a IPSS Portas P’ra Vida? De que necessidades?
- 2 – Que significado tem para os seus criadores?
 - A Nível Pessoal
 - A Nível Social
- 3 – Quais os projetos futuros da IPSS Portas P’ra Vida?

Identificar qual o papel que esta IPSS presta à comunidade local através das vozes e narrativas de grupos chave, no caso, a Direção.

- 1 – Que serviços a IPSS Portas P’ra Vida presta à comunidade Lamecense?
- 2- O que representa a IPSS Portas P’ra Vida no concelho de Lamego?
- 3- Está satisfeito com a qualidade do trabalho desenvolvido pela instituição em termos técnicos? Quais são as principais limitações e potencialidades?

Perceber o quão importante é para a direção a existência e funcionamento da IPSS Portas P’ra Vida.

- 1 – O que significa, para a direção, a existência e funcionamento da IPSS Portas P’ra Vida?
 - A Nível Profissional
 - A Nível Pessoal
 - A Nível Social
- 2- Quais as principais dificuldades com que se confronta a instituição para continuar a sua missão de serviço à comunidade local?

Anexo II – Árvores de Categorias (Direção, Técnicos, Encarregados de Educação e Utentes)

Árvore – Direção

História da APPV

Apoio humano

Integração social

Significados do Funcionamento da APPV

Nível Profissional

Oferta de Emprego

Nível Pessoal

Gratificação

Qualidade de Vida

Desafio

Resolução de Problemas

Nível Social

Transformação da sociedade

Apoio à Deficiência

Responsabilidade Social

Papel da IPSS APPV

Benefícios do seu Funcionamento

Acompanhar

Apoiar

Formar

Serviços Prestados à Comunidade

Qualidade

Integração Familiar e Social

Acordos

Limitações e Potencialidades

Dedicação, Empenho e Vontade

Satisfação

Satisfação para com o trabalho desenvolvido

Dedicação, empenho e vontade

Trabalho dos Colaboradores

Importância da APPV

Luta Social

Transformação Social

Sociedade Equitativa

Justiça

Projetos e Expetativas Futuros

Maior Qualidade de Vida

Lar Residencial

Construção de Novo CAO

Integração na Comunidade

Recursos Disponíveis e Constrangimentos

Dificuldades Financeiras

Missão

Sentido de Serviço à Comunidade

Dificuldade de integração social dos utentes no mercado de trabalho

Árvore Técnicos

Significados do Funcionamento da APPV

Nível Pessoal

Privilégio

Postura Otimista perante a Vida

Resiliência

Felicidade

Nível Social

Consciência Social

Nível de Funcionalidade

Promoção da Participação do cidadão com Deficiência

Sentimento de lentidão associado à mudança Social

Serviços Prestados à Comunidade

Serviços de Formação (CAO)

Serviços de Inserção (Empresa de Inserção)

Plano de Atividades Globais

Plano de Atividades Individual

Limitações e Potencialidades

Desejo disponibilidade económica para desenvolvimento de projetos e atividades

Sentimento de eficiência na gestão do recursos

Papel da APPV na Comunidade

Benefícios do seu Funcionamento

Acompanhar

Apoiar

Formar

Ensinar

Trabalho nos Domínios da Qualidade de Vida

Desenvolvimento das esferas Pessoais dos Utentes

Plano de Desenvolvimento Intelectual

Aprendizagem em diferentes contextos

CAO (Centro de Atividades Ocupacionais

Formação Profissional

Competências Adquiridas pelos Utentes

Aquisição e Manutenção de Competências

Competências Sociais

Competências Pessoais

Competências Cognitivas

Competências Funcionais

Principais Limitações Superadas pelos Utentes

Aquisição e otimização de competências

Minimização dos Efeitos consequentes da Deficiência

Autonomia Pessoal

Comunicação

Socialização

Auto-Estima

Motivação

Aprendizagem/Reaprendizagem de condições necessárias à Participação

Satisfação e Gratificação Pessoal

Crescimento Pessoal

Crescimento profissional

Feedback positivo dos utentes e significativos

Motivação para dar Continuidade à Missão da APPV

Importância da APPV

Contato dos utentes com diferentes realidades

Acompanhamento Familiar

Apoio Psicossocial

Frequência da APPV como fundamental para a aquisição e manutenção de competências por parte dos utentes

Relações Interpessoais

Autodeterminação

Bem-estar físico, emocional e material

Cidadania

Empregabilidade

Prevenção

Reabilitação médico funcional e psicossocial

Educação Especial

Apoio Sociofamiliar

Acessibilidade

Representatividade da APPV

Resposta Social para o Concelho

Grande maioria da população beneficiária é natural de Lamego

Apoio Psicossocial

Estado Evolutivo dos Utentes

Competências

Pessoais

Sociais

Cognitivas

Funcionais

Áreas Desenvolvimentais

Área Social

Área Emocional-Afetiva

Área de Realização Pessoal

Dificuldades e Limitações

Superação de barreiras físicas e mentais

Evolução, apesar das dificuldades e limitações, muitas de natureza inalterável

Principais Transformações dos Utentes Pós-Inclusão na APPV

Cumprimento dos Objetivos Desenvolvimentais do Plano Individual

Projetos e Expetativas Futuros

Atividades e Projetos adequadas às limitações e dificuldades individuais

Aquisição de Competências

Otimização de Competências

Aumento do Grau de Autonomia

Manutenção de Competências

Evitar a Perda de Competências com o avançar da idade

Lar Residencial

Recursos Disponíveis e Constrangimentos

Necessidade de mais recursos humanos

Necessidade de mais equipamentos informáticos

Necessidade de mais equipamentos de Reabilitação

Necessidade mais Recursos para Desenvolvimento de Atividades e Projetos

Necessidade de realizar um acompanhamento mais próximo das famílias

Sentimento de sucesso na gestão dos recursos reais e disponíveis

Árvore Encarregados de Educação

Estado Evolutivo dos Utentes

Evolução Positiva

Satisfação com o Trabalho Desenvolvido

Resultados refletem-se na Dinâmica Familiar

Resultados refletem-se nas Expetativas Futuras

Sentimento de Confiança e Segurança em relação ao Futuro

Promoção da Autonomia

Promoção da Independência

Preparação dos Encarregandos para um Futuro sem os Pais

Trabalho Desenvolvido Apazigua Preocupação em relação ao Futuro

Motivos envolvidos na tomada de decisão dos encarregado de educação para a integração dos seus encarregandos no Projeto da APPV

Procura de uma Escola – Espaço de Desenvolvimento, Aprendizagem e Estimulação

Dificuldade Acentuada em encontrar uma Escola Preparada enquanto os seus Filhos estão em Idades Escolares (Não atingem a maioridade)

Escola Inclusa – Não permite um Sentimento de Pertença

Dificuldades Associadas à Gestão da Educação e Conflitos consequentes da Deficiência

Procurar Ajuda Especializada como Processo Difícil

Entrada na APPV como Reviravolta da Vida de Pais e Filhos

Necessidade de Convívio Social por parte dos Filhos

Idade Avançada dos Encarregados de Educação

Sentimento de Incapacidade Física e Psicológica para Educar, sem ajuda, os seus filhos em casa

Entrada na APPV como Reviravolta da Vida de Pais e Filhos

Necessidade de Convívio Social por parte dos Filhos

Idade Avançada dos Encarregados de Educação

Sentimento de Incapacidade Física e Psicológica para Educar, sem ajuda, os seus filhos em casa

Passagem da Responsabilidade como Encarregados de Educação para Irmãos Mais Velhos

Procura de Ajuda Especializada para Lidar com a Deficiência

Procura de um Contexto de Oportunidades

Desenvolvimento da Independência e Sentido de Autonomia

Principais Transformações dos Utentes Pós-Inclusão na APPV

Mudança Temperamental

Facilidade em lidar com os filhos

Aumento da Socialização

Inserção num Grupo de Desenvolvimento e Aprendizagem

Mudança a nível Comportamental

Mudança a Nível Emocional

Mudança a Nível Psicológico

Bem-estar geral (Físico e Psicológico)

Satisfação e Gratificação Pessoais

Felicidade

Eliminação do Sentimento de Frustração dos Utentes

Eliminação do Sentimento de Angústia dos Pais

Alteração do Nível de Funcionalidade

Maior Independência e Sentido de Autonomia

Maior Competência Nível Social

Competências Adquiridas pelos Utentes

Competências Sociais

Competências Pessoais

Competências Funcionais

Satisfação

Satisfação para com os Serviços Prestados

Satisfação com a Correção de Caráter de todos os Colaboradores

Valorização da Competência Humana/Competência Técnica

Valorização da Capacidade de Empatia de todos os Colaboradores

Importância da APPV

Caráter Determinante do Trabalho da APPV para os Filhos e para a Dinâmica Familiar

Incapacidade de Imaginar Um Futuro sem a APPV

Necessidade de Socialização dos Filhos

Necessidade de um Espaço de Desenvolvimento e Aprendizagem e Superação de Limitações

Diferentes Famílias = Diferentes Necessidades de Respostas Sociais

Projetos e Expetativas Futuros

Lar Residencial = Diminuição da Angústia e Preocupação

Lar Residencial = Resposta Social da APPV que vem ao encontro das Preocupações dos Encarregados de Educação

Inscrição dos Filhos mesmo antes do Abertura do Lar Residencial

Dificuldade de Integração Social a Nível da Empregabilidade de Utentes com Formação e Competência

Legislação Fechada a Iniciativas de Inserção destes Utentes

Árvore Utentes

Principais Transformações dos Utentes Pós-Inclusão na APPV

Mudanças a Nível Interpessoal

Aumento (Quantitativo) das Relações Sociais

Aumento (Qualitativo) das Relações Sociais

Aumento da Satisfação Pessoal

Aumento da Gratificação Pessoal

Experiências Positivas

Sentimento de Adaptação e Pertença

Satisfação

Felicidade

Aumento dos Relacionamentos Interpessoais

Diversidade das relações Interpessoais

Sentimento de Pertença

Sentimento de Indústria

Sentimento de Adaptação

Bem-estar Geral (físico e psicológico)

Sentimento de Vazio (associado ao estar de férias e não frequentar a instituição)

Importância da APPV

Satisfação e Gratificação Pessoais

APPV como contexto que marca a diferença nas suas vidas

Tristeza, Desilusão, Vazio e Desapontamento – Sentimentos associados ao hipotético fecho da APPV

Anexo III – Lista de Frequência de Palavras

Tabela 6 - Lista de frequência de palavras.

Palavras	Frequência relativa	Palavras	Frequência relativa
Vida	84	Serviços	14
Instituição	82	Significativos	14
Trabalho	52	Apoio	12
Casa	48	Diferentes	12
Nível	34	Lamego	12
Social	32	Reabilitação	12
Atividades	48	Recursos	12
Desenvolvimento	30	Relação	12
IPSS	30	Sociais	12
Competências	28	Trabalhar	12
Importante	28	Transformações	12
Pessoas	26	Aquisição	10
Escola	22	Autonomia	10
Plano	22	Domínios	10
Utentes	22	Emprego	10
Colegas	20	Expectativas	10
Educando	20	Familiar	10
Amigos	18	Futuro	10
Deficiência	16	Grupo	10
Motivo	16	Inclusão	10
Objetivos	16	Instituições	10
Comunidade	14	Intervenções	10
Dificuldades	14	Limitações	10
Formação	14	Relações	10
Individual	14	Sentido	10
Integração	14	APPV	8
Necessidades	14	Aspirações	8
Qualidade	14		